

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

DIEGO DELASVEGA DIAS RODRIGUES

**ENTRE A LOUSA E A TELA: Desafios Metodológicos no Ensino de História Durante e
Após a Pandemia da COVID-19 nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola
Municipal São José dos Índios (2020–2023).**

SÃO LUÍS – MA

2025

DIEGO DELASVEG A DIAS RODRIGUES

ENTRE A LOUSA E A TELA: Desafios Metodológicos para o Ensino de História após o Retorno ao Ensino Presencial, anos Finais do Ensino Fundamental (2019 -2023).

Monografia apresentada ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Bianca Trindade Messias

SÃO LUÍS – MA

2025

Rodrigues, Diego Delasvega Dias.

Entre a lousa e a tela : desafios metodológicos para o ensino de história após o retorno ao ensino presencial, anos finais do ensino fundamental (2019-2023) / Diego Delasvega Dias Rodrigues. – São Luís, 2025.

64f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Bianca Trindade Messias.

DIEGO DELASVEGA DIAS RODRIGUES

ENTRE A LOUSA E A TELA: Desafios Metodológicos para o Ensino de História após o Retorno ao Ensino Presencial, anos Finais do Ensino Fundamental (2019 -2023).

Monografia apresentada ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Bianca Trindade Messias

Aprovado em: 14/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **BIANCA TRINDADE MESSIAS**
Data: 24/07/2025 14:13:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Bianca Trindade Messias (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO XIMENDES**
Data: 23/07/2025 15:52:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr. Carlos Alberto Ximendes
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **ELISANGELA COELHO MORAIS**
Data: 23/07/2025 14:44:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Elisângela Coelho Morais
Universidade Estadual do Maranhão

SÃO LUÍS – MA

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e ao universo, que me trouxe suporte e calma ao coração. Além do amor a História, a graduação me tirou de um lugar obscuro, após minha saída do Ensino Médio, os primeiros sintomas da depressão apareceram e o luto por conta da quebra da convivência escolar me deixaram extremamente deprimido.

A graduação me trouxe novos amigos, experiências e a felicidade de volta, posso citar como exemplos Luís Carlos, Gabriel Reis, Nayla, Vanessa e Natalia em que pude viver momentos incríveis nos primeiros dois anos e meio de graduação. Logo após veio a pandemia que acabou separando a turma e levando muitos de nós para caminhos diferentes.

O meu suporte familiar não se fez de forma efetiva, mas para que o sonho de passar para uma universidade pública fosse possível tive o apoio das minhas tias, Raimunda Nonata e Silva Regina que me proporcionaram acesso ao pré-vestibular e consequentemente a aprovação e o início de uma trajetória. Minha tia Regina infelizmente não pode vivenciar minha aprovação, Deus precisou da sua presença um pouco mais cedo.

Mesmo separados, o meu ex-parceiro e a irmã dele, foram fundamentais na reta final, eles sempre acreditaram em mim e incentivou a concluir as disciplinas, mediante a exaustiva rotina entre trabalho e aulas, e por todo carinho nos momentos difíceis.

Ana Catarina, minha amiga, irmã que criados juntos cultivamos o verdadeiro amor em uma amizade de anos, a minha jornada por mais árdua se tornou mais calma, mediante todo apoio. Principalmente na fase final, onde tudo ficou mais difícil e por consequência o diagnóstico de depressão em seu estado inicial, mesmo sem saberem tive nos meus amigos a cura para enfrentar tudo, em especial também a minha amiga de alma Sarah Thalita.

O desenvolvimento da minha escrita e segurança se deu a professora Milena Galdez, que ministrou a disciplina de projeto de pesquisa e consegui ter confiança nas apresentações, construção da escrita e mecanismos de pesquisa mais detalhados.

A professora Bianca Trindade Messias, por todo cuidado e compreensão nas disciplinas ministradas e que pude absorver de forma efetiva e começar a desenvolver meu objeto de pesquisa e predefinir meu tema, agradeço por todo suporte e por toda orientação ao longo da construção da pesquisa.

Agradeço a minha mãe Sandra Lourdes, que do seu jeito me propôs todo amor e cuidados, foram dias difíceis, mas eu sempre tive a certeza de ter alguém que no final de tudo me proporcionaria o melhor abraço do mundo.

Apesar dos dias difíceis, eu sempre tive a iniciativa de retomar a luta, me reerguer e lutar pelos meus sonhos. Lembro com carinho dos dias de perrengue com Natalia em juntar moedas e comprar um lanche ou pagar um almoço para ir aos estágios do PIBID, ou das vezes que tinha evento e dividíamos o almoço ou mesmo farofa para conseguir ficar até o final.

As amizades que construímos ao longo da faculdade, ajudam a tornar o processo mais fácil no dia a dia, e em alguns casos ajudam até a atravessar questões difíceis que acontecem na nossa vida pessoal.

Agradeço ao Fabricio por todo apoio na fase final, onde por diversas vezes tive medo do processo de defesa, a ansiedade que por diversas vezes vinha de maneira muito forte, e em todas vezes me senti abraçado e calmo apesar da distância, agradeço com muito carinho por todo apoio, por ter me escutado e deixado calmo.

Foram dias difíceis, mas eu agradeço imensuravelmente a mim, mesmo triste, com problemas, mesmo cansado, noites perdidas estudando para defender seminários ou fazer prova, acordar as 4 da manhã para pegar o primeiro ônibus de Ribamar e conseguir ir em busca dos meus sonhos. Obrigado meu Deus e Universo por tudo!

*“A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo”. [...].*

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: O ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS.....	17
1.1 Recursos digitais e ensino de história no primeiro ano de pandemia.....	21
1.2 Impactos Causados nas atividades escolares da Escola Municipal São José dos Índios.....	25
1.3 Estratégias de Acompanhamento e Avaliação.....	29
1.4 Impacto da Pandemia na Saúde Mental da comunidade Escolar.....	31
CAPÍTULO 2: A PREPARAÇÃO PARA A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS EM SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS.....	34
2.1 Desafios sanitários e logísticos na E.M. São José dos Índios.....	36
2.2 Os Desafios pedagógicos e sociais para a volta as aulas na EM São José dos Índios.....	38
2.3 Formação dos professores para a volta as aulas na EM São José dos Índios.....	40
2.4 Desigualdade no Acesso à Educação de acordo com os dados da SEMED de Ribamar.....	42
CAPÍTULO 3: METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA COM FOCO NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA LOCAL: PROPOSTAS PARA A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS.....	44
3.1. Aprendizagens históricas pós-pandemia.....	49
3.2 Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) com Foco na História Local.....	51
3.3 Estudo de Caso e Análise de Fontes Locais.....	52
3.4 Rodas de Conversa e Debates Históricos.....	53
3.5 Uso de Tecnologias para Preservação e Divulgação da Memória Local.....	54
3.6 Jornal Escolar e Registro de Memórias Locais.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61

RESUMO

Este trabalho discute os desafios enfrentados no ensino de História durante e após o período da pandemia da Covid-19, com foco nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal São José dos Índios, entre os anos de 2020 e 2023. A investigação busca compreender de que maneira as práticas pedagógicas foram impactadas pela necessidade de adaptação ao ensino remoto e, posteriormente, ao retorno gradual das aulas presenciais. O estudo analisa as dificuldades enfrentadas por professores e alunos no uso de recursos tecnológicos, a reinvenção das metodologias de ensino e as estratégias utilizadas para manter o engajamento dos estudantes. A partir da coleta de dados por meio de entrevistas, registros escolares e observações, foram identificadas mudanças significativas nas formas de ensinar e aprender História. Os resultados apontam que, embora o cenário tenha imposto muitos obstáculos, também abriu espaço para inovação pedagógica e para a construção de novas abordagens mais flexíveis e contextualizadas à realidade dos alunos, diante desse contexto o trabalho apresenta proposta pedagógicas para trabalhar no Ensino de História.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Ensino Remoto. Aprendizagem Histórica. Anos Finais do Ensino Fundamental. Pós-pandemia.

ABSTRACT

This paper discusses the challenges faced in teaching History during and after the COVID-19 pandemic, focusing on the final years of Elementary School at the São José dos Índios Municipal School, between 2020 and 2023. The research seeks to understand how pedagogical practices were impacted by the need to adapt to remote teaching and, subsequently, the gradual return to in-person classes. The study analyzes the difficulties faced by teachers and students in using technological resources, the reinvention of teaching methodologies, and the strategies used to maintain student engagement. Based on data collection through interviews, school records, and observations, significant changes in the ways of teaching and learning History were identified. The results indicate that, although the scenario imposed many obstacles, it also opened space for pedagogical innovation and for the construction of new, more flexible approaches contextualized to the students' reality. Given this context, the work presents pedagogical proposals for teaching History.

Key words: Active Methodologies; Remote Teaching; Historical Learning; Final Years of Elementary School; Post-Pandemic.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Rotina de História no contexto pandêmico em E.M São José dos Índios.....	21
Imagem II - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de São José de Ribamar em 2019.....	24
Imagem III- Percentual de acertos de Português e Matemática da prova do SAEB de 2019	25

LISTA DE SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

COVID-19: Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

EAD: Educação a Distância

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

OMS: Organização Mundial da Saúde

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD: Programa Nacional do Livro e do Material Didático

SEMED: Secretaria Municipal de Educação

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

ERE: Ensino Remoto Emergencial

PNE: Plano Nacional de Educação

PPP: Projeto Político-Pedagógico

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, deflagrada no início de 2020, impôs mudanças abruptas e profundas à realidade educacional em todo o mundo. No Brasil, escolas de todos os níveis e redes foram obrigadas a suspender suas atividades presenciais, migrando de forma emergencial para o ensino remoto.

No campo do Ensino de História, os desafios foram ainda mais acentuados, considerando as especificidades da disciplina, que exige leitura crítica, análise de fontes e construção de sentido histórico por meio de mediação pedagógica ativa e reflexiva. Com o retorno às aulas presenciais, os professores se depararam com um novo cenário: estudantes com diferentes níveis de aprendizagem, defasagens cognitivas, mudanças comportamentais e um maior distanciamento dos métodos tradicionais de ensino.

Tendo como título *ENTRE A LOUSA E A TELA: Desafios Metodológicos no Ensino de História Durante e Após a Pandemia da COVID-19 nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola Municipal São José dos Índios (2020–2023)*, elaboramos as seguintes problemáticas da pesquisa: Quais os danos causados durante os dois anos de ensino remoto em uma localidade de vulnerabilidade social, onde os alunos, em sua maioria não possuem meios adequados de acompanhar as rotinas enviadas e produzidas pelo grupo docente da escola? A experiência do ensino remoto contribuiu para o afastamento dos alunos da escola, enfraquecendo o vínculo com a aprendizagem.

No retorno presencial, muitos estudantes apresentaram baixa participação, dificuldades de concentração e desinteresse pelas aulas de História. A partir desse cenário, questiona-se como os professores podem reverter esse quadro e resgatar o interesse dos alunos pela disciplina? Quais metodologias, linguagens e práticas pedagógicas para o ensino de História afim de reparar o baixo índice de desenvolvimento dos alunos constatados na prova SAEB realizada em 2021?

A partir das problemáticas acima, o presente trabalho tem por finalidade investigar e compreender como os professores (as) de História, em especial a docente Vicência Santana Barros, professora dos anos finais da EM São José dos Índios, enfrentou os desafios pedagógicos e metodológicos impostos pela transição do ensino presencial para o remoto e novamente para o presencial durante e após a pandemia da COVID-19. Analisa-se os impactos dessas mudanças na aprendizagem e no engajamento dos estudantes. Assim propõe-se metodologias afim de contribuir com práticas pedagógicas mais eficazes, contextualizadas e humanas para o pós-pandemia.

A escolha do tema da pesquisa está profundamente marcada pela minha área de trabalho com supervisor escolar nesse período de 2020 a 2023 nessa instituição de ensino. Essa experiência proporcionou um olhar atento e aprofundado sobre as transformações pedagógicas ocorridas durante o período pandêmico e, especialmente, sobre os impactos que essas mudanças provocaram nas práticas dos professores de História.

No exercício da supervisão, foi possível acompanhar de perto os desafios enfrentados pela equipe docente, desde o momento da pandemia, a transição para o ensino remoto emergencial até o retorno às aulas presenciais. Observou-se a dificuldade em manter o vínculo dos estudantes com os conteúdos, a desigualdade de acesso às tecnologias, a necessidade de reinvenção metodológica e o esforço constante dos educadores em garantir uma aprendizagem significativa, mesmo em contextos adversos.

Dessa forma, a escolha do tema não foi apenas acadêmica, mas também vivencial e comprometida com a realidade educacional local. A proposta é dar visibilidade às estratégias, limites e possibilidades que marcaram o ensino de História nesse período pandêmico, a fim de realizar uma reflexão crítica sobre as práticas docentes e suas ressignificações em contextos de crise.

O ponto fundamental desta pesquisa é compreender como os professores de História, nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal São José dos Índios, enfrentaram e superaram os desafios metodológicos impostos pela pandemia da COVID-19, tanto durante o ensino remoto emergencial quanto no retorno às aulas presenciais. A investigação se baseia na análise das estratégias pedagógicas adotadas, das dificuldades enfrentadas no engajamento dos alunos e das adaptações realizadas nas práticas docentes frente às mudanças tecnológicas, emocionais e estruturais vividas entre 2020 e 2023.

O trabalho parte do entendimento de que o Ensino de História possui um papel formativo essencial, pois estimula a consciência crítica e o senso de pertencimento dos estudantes. Por isso, o estudo busca não apenas identificar os problemas enfrentados, mas também destacar as soluções encontradas pelos educadores e refletir sobre como essas experiências podem contribuir para o ensino aprendizagem mais eficazes e resilientes em contextos futuros.

O contexto de ensino remoto exigiu o uso intensivo de tecnologias digitais, mas também revelou desigualdades estruturais, como o acesso limitado de muitos estudantes aos dispositivos e à internet. Com o retorno gradativo às atividades presenciais a partir de 2021, os professores passaram a enfrentar uma nova realidade: estudantes com lacunas significativas de aprendizagem, menor engajamento e dificuldades emocionais resultantes do isolamento social. No caso da Escola Municipal São José dos Índios, localizada no município de São José de

Ribamar, com realidades sociais diversas, essas questões ganharam contornos ainda mais complexos, exigindo respostas pedagógicas sensíveis, criativas e contextualizadas.

Como afirma (Caimi, 2009, p. 42), “ensinar História é mais do que transmitir conteúdos: é provocar nos alunos a capacidade de pensar historicamente e agir no presente com base em uma consciência crítica”. Nesse sentido, a prática docente precisou ser ressignificada tanto durante o ensino remoto quanto no retorno presencial, exigindo uma reavaliação constante das estratégias utilizadas para garantir a participação dos estudantes e o desenvolvimento das competências previstas para a etapa dos anos finais do Ensino Fundamental.

O estudo tem como referências teóricas os pressupostos do ensino de História, com o objetivo de entender as tensões entre tradição e renovação metodológica. Com a chegada da pandemia da COVID-19, essa área enfrentou uma crise sem precedentes, exigindo não apenas as adaptações das ferramentas didáticas, mas uma profunda reflexão sobre o papel da disciplina na formação dos sujeitos. Parte do trabalho de pesquisa foi desenvolvida durante os anos de 2024/2025, assim possibilitando acesso ao Google Acadêmico, aos acervos digitais da Biblioteca Pública Benedito Leite e a Biblioteca do Prédio de História, a minha experiência como funcionário da escola supracitada, garantiram o desenrolar inicial da pesquisa.

Além disso, a aplicação da história oral, por meio da realização de entrevistas com membros da comunidade escolar, representou uma etapa essencial da pesquisa, permitindo o resgate de memórias, percepções e vivências que enriqueceram a compreensão do tema. Minha experiência como funcionário da escola investigada também contribuiu diretamente para o desenvolvimento inicial da pesquisa. Inserido no âmbito escolar analisado tive o acesso aos sujeitos entrevistados e promovendo maior familiaridade com o campo empírico.

A história oral constitui uma importante metodologia de pesquisa no campo das ciências humanas, especialmente quando se busca compreender experiências subjetivas e memórias individuais em contextos históricos específicos. No âmbito educacional, essa abordagem permite recuperar vozes que muitas vezes são silenciadas nos registros oficiais, como a dos professores que estiveram na linha de frente do enfrentamento das desigualdades educacionais intensificadas pela pandemia da COVID-19.

A história oral é utilizada como fonte e método para analisar a trajetória de uma professora de História da Escola Municipal São José dos Índios, que atuou durante o período de ensino remoto emergencial e na transição para o retorno das aulas presenciais. A partir de entrevistas gravadas e transcritas, buscamos compreender como ela vivenciou os desafios impostos pela pandemia, quais estratégias pedagógicas desenvolveu para manter o vínculo com seus alunos, e como essas experiências transformaram sua prática docente no período pós-

pandêmico. Essa escuta sensível do relato da professora permite não apenas documentar a memória de um momento histórico, mas também refletir sobre o papel do educador na mediação do conhecimento, na superação de obstáculos estruturais e na reconstrução dos laços pedagógicos em um cenário de crise. A história oral, nesse contexto, revela-se uma ferramenta potente para o entendimento da prática docente como ação situada, contextual e profundamente humana.

O presente trabalho possui três capítulos, o primeiro tem como título: *O ensino de história em tempos de pandemia: A realidade da escola municipal São José dos Índios*, nele apresenta-se a transição do ensino presencial para o ensino remoto e como a EM São José dos Índios se adaptou para esse novo modelo de aulas remotas e como eram construídas as estratégias metodológicas para o ensino de História.

No segundo capítulo *A preparação para a volta às aulas presenciais na EM São José dos Índios*, realizou-se observações a volta as aulas presenciais, os desafios de adaptação ao espaço físico às exigências sanitárias, reorganizar turmas, rever planejamentos pedagógicos e acolher estudantes que retornavam com grandes defasagens de aprendizagem, dificuldades emocionais e baixa participação.

Já no último capítulo, *A LDB como Instrumento Pedagógico para o Ensino de História no Pós-Pandemia*, teremos as propostas metodológicas tendo a Lei de Diretrizes e Base como documento fundamental para Readaptação do Ensino de História e propostas de metodologias ativas que contribuam para sanar as lacunas do período de aulas remotas.

A trajetória percorrida nos três capítulos deste estudo permitiu compreender, sob diferentes perspectivas, as transformações vividas no ensino de História na Escola Municipal São José dos Índios entre o período pandêmico e o pós-pandêmico. Inicialmente, foi possível perceber como o contexto da pandemia desestruturou práticas pedagógicas tradicionais e aprofundou desigualdades educacionais, especialmente no que se refere ao acesso às tecnologias e à participação dos estudantes no ensino remoto. Em seguida, discutiu-se o retorno às aulas presenciais, evidenciando o esforço da comunidade escolar em promover não apenas a recuperação da aprendizagem, mas também o acolhimento emocional dos alunos.

Por fim, foram exploradas alternativas metodológicas com foco na valorização da memória e da história local, apontando caminhos para uma prática mais crítica, participativa e conectada com a vivência dos estudantes. A articulação entre esses eixos reforça a urgência de repensar o ensino de História de forma mais sensível ao território, às experiências dos sujeitos e às exigências do tempo presente, consolidando a escola como espaço de reflexão, pertencimento e construção de sentido.

CAPÍTULO 1: O ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS

A Escola Municipal São José dos Índios está localizada no bairro de mesmo nome, no município de São José de Ribamar. Em 2020, a escola contava com 540 alunos, conforme o último movimento mensal informado pela gestora Vanessa Graziane, que permanece até hoje à frente da gestão escolar. A unidade atende estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, da 3ª série ao 9º ano, dispondo de 7 salas e funcionando com um total de 14 turmas.

O ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental durante a pandemia de Covid-19, em específico as duas turmas de 9º anos escolhidas como objeto de pesquisa, pois a docente, Vivência Barros, de História encontra-se como titular até o presente ano de 2025. Entre os desafios enfrentado no contexto da pandemia destaca-se a adaptação ao ensino remoto, à desigualdade no acesso às tecnologias e à dificuldade de manter o vínculo entre alunos e conteúdo histórico. Por se tratar de uma região localizada em uma área de vulnerabilidade social muitos estudantes não possuíam acesso regular à internet ou dispositivos adequados para acompanhar as aulas, o que limitou sua participação e aprofundou as dificuldades de aprendizagem.

No contexto da pandemia os professores precisaram reinventar suas metodologias, utilizando recursos como apostilas digitais, grupos de WhatsApp para tentarem garantir a continuidade do ensino. Apesar dos esforços, o distanciamento físico impactou negativamente a troca de experiências e o debate crítico, elementos essenciais na construção do conhecimento histórico. Essa realidade evidenciou a importância de políticas públicas voltadas à inclusão digital e ao fortalecimento das práticas pedagógicas em contextos de crise.

A pandemia de covid-19 teve seu primeiro caso registrado em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de Wuhan, China e em menos de um mês foi decretado estado de emergência no Brasil e no Estado do Maranhão. As medidas de distanciamento social começaram a ser adotadas nos estados brasileiros, em São José de Ribamar não foi diferente e no mês de março de 2020 foram adotados 15 dias de fechamento das escolas que se estendeu até meados de março de 2022 e veio a ocasionar a necessidade imperativa por parte dos governos de restringir ao máximo o fluxo de pessoas.

Entre as medidas tomadas pelo governo federal e municipal tivemos o fechamento do comércio não essencial em horas específicas do dia e em casos mais extremos o lockdown. Além disso, o uso obrigatório de máscaras, o distanciamento social e o fechamento de universidades e escolas.

A tarefa dos professores e professoras, entre eles o profissional de história, que tiveram que lidar com os novos desafios de ensinar no período pandêmico. A realidade pedagógica tornou-se desafiadora pelo fato de que a negação da ciência tem sido elencada com “questão de opinião”, e a rapidez de propagação de informações no mundo virtual dificulta a comprovação de muitas informações disponíveis online, muitas delas contradizem a ciência e causam interferências junto aos discursos negacionistas e revisionistas presentes na vida online.

Durante a pandemia da COVID-19, observou-se um preocupante avanço do negacionismo científico, manifestado na rejeição a evidências consolidadas, como o uso de máscaras, o distanciamento social e, especialmente, a eficácia das vacinas. Esse comportamento foi intensificado por discursos políticos e a disseminação de desinformação nas redes sociais.

Como destaca Nicolelis (2021), “o negacionismo científico foi talvez o maior inimigo da saúde pública no Brasil durante a pandemia de COVID-19, promovendo mortes evitáveis e atrasando o controle da crise sanitária” (Nicolelis, 2021, p. 57). A desvalorização da ciência e a promoção de discursos anticientíficos dificultaram a adoção de medidas baseadas em evidências, comprometendo os esforços coletivos de enfrentamento da doença.

Diante do contexto pandêmico, o governo federal, sendo acompanhados pelas esferas estaduais e municipais brasileiro, em alinhamento com o Ministério da Educação, decidiu, a partir do alto número de casos confirmados e suspeitos e dos argumentos e pressão da classe educadora, assinar a medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que retira a obrigatoriedade do cumprimento das 800 horas mínimas de aula por ano no ensino básico, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB).

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para a educação em todo o Brasil, e em São José de Ribamar, município situado no estado do Maranhão, os professores da rede pública e privada, de todas as instituições de ensino, enfrentaram dificuldades no ensino de História e em outras disciplinas.

A escola municipal São Jose dos Índios, no período pandêmico, funcionava pela manhã e atendendo os anos iniciais e no turno vespertino voltava-se os anos finais com um total de 14 turmas somando os dois turnos e tendo uma única professora de História para todas as series dos anos finais. Como toda a rede municipal adotou como prática o uso de rotinas, enviadas em grupos de WhatsApp formados pela gestão escolar e montados de acordo com as turmas dos respectivos anos que vão do 3º ano do ensino fundamental ao 9º ano do fundamental maior, e tendo o grupo fechado após o horário de expediente e tendo as devolutivas das atividades feitas no privado dos professores.

De uma forma geral, a saída encontrada para contornar a suspensão das aulas presenciais e para continuar as atividades pedagógicas foi a do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Levantaram uma muralha impenetrável entre Ensino Remoto e a Educação a Distância, entendendo a EaD, de forma cristalizada e estanque, como uma modalidade de ensino que pressupõe necessariamente design educacional, ambiente virtual de aprendizagem (AVA), metodologias ativas, objetos de aprendizagem (OA), atividades síncronas e assíncronas, equipe interdisciplinar, tutores, professores conteudistas, dentre outros. Para Pimentel, Silva Júnior e Cardoso consideram o Ensino Remoto como “[...] uma sub especificidade da Educação a Distância (EAD)” (Pimentel; Silva Júnior; Cardoso, 2020, p. 95).

São José de Ribamar é um município que apresenta uma população diversificada, com áreas urbanas e rurais, o que resulta em desigualdades no acesso à educação e às tecnologias necessárias para o ensino remoto. As escolas públicas da cidade, no caso em estudo, Escola Municipal São José dos Índios teve essa transição para o ensino remoto e foi um dos maiores desafios durante a pandemia.

Professores e alunos tiveram que lidar com a adaptação de conteúdos, metodologias e ferramentas digitais. Os ambientes de ensino foram considerados um dos espaços com maior propagação da doença, como afirma Euclídio Pimentel Arruda (2020), pois sua diversidade em relação às faixas etárias colocou no mesmo espaço aqueles que tinham uma alta probabilidade de transmissão e com baixas chances de desenvolvimento de sintomas graves, ao lado de pessoas com idades avançadas que tinham uma alta chance de apresentar a forma mais grave da doença.

O ensino de História em São José de Ribamar durante a pandemia exigiu novas abordagens pedagógicas, especialmente no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais, que não estavam disponíveis para todos os alunos. Além disso, muitos professores enfrentaram problemas relacionados à infraestrutura tecnológica, tanto na escola quanto em casa. A falta de computadores adequados, internet de qualidade e até mesmo dificuldades em manusear as plataformas digitais impactou diretamente o ensino. (Silva, 2023 pg. 45).

Para muitos alunos, o acesso à internet e a dispositivos adequados também foi um desafio, criando uma desigualdade no aprendizado, ainda mais por ser uma escola localizada na zona rural e enfrentar um ambiente de desigualdade social acentuado e assim muitos alunos ficaram impossibilitados de acompanhar as rotinas enviadas pelos professores e assim uma baixa adesão se instaurou pelas demais turmas da escola.

O uso das tecnologias digitais tem sido uma ferramenta crucial, mas também um desafio, pois é necessário ajustar o formato dos conteúdos de História, que muitas vezes exigem recursos audiovisuais ou trabalhos com documentos e fontes históricas, para que se tornem eficazes no ambiente virtual. (Oliveira, 2021, p. 45).

A professora Vicência Barros¹, responsável pela disciplina de História a mais de 32 anos na rede Municipal de São José de Ribamar e lotada na EM São José dos Índios há 25 anos. A docente teve uma dificuldade enorme na produção dessas atividades já que a escola não dispunha aos professores computadores ou meios que a ajudassem na produção desses materiais, contando ainda com a enorme dificuldade de manuseio com os meios digitais.

Como chefe da secretária do ambiente escolar, iniciei meus trabalhos na escola supracitada no auge da pandemia e foi possível observar de perto as dificuldades dos professores. Além de vivenciar as dificuldades enfrentadas pelo quadro pedagógico e administrativo da escola. Essa posição me possibilitou acompanhar de perto essa conjuntura e trocar experiências com a professora.

Por meses ela precisou do auxílio dos filhos para que ajudassem no preparo das rotinas e com ajuda nos recebimentos das atividades respondidas ou tirando dúvidas dos alunos. Os alunos não tinham condições adequadas para acompanhar as aulas online, seja por falta de equipamento ou pela distância social imposta pelas medidas de segurança.

Isso resultou em muitos estudantes que não estavam participando ativamente das atividades, o que dificultava o ensino efetivo da História e a dificuldade dos professores da rede em sua grande maioria com as ferramentas digitais, a escola não conseguiu contar com a ajuda de ferramentas de vídeo chamada como Google Meet, Zoom e etc.

A mudança repentina para o ensino remoto exigiu que os professores se adaptassem rapidamente a novas metodologias, sem a preparação prévia. O ensino de História, com seu foco em análise crítica de eventos históricos, exigiu que os professores buscassem alternativas criativas para manter o engajamento dos alunos.

O ensino de História, que envolve discussões em sala de aula, debates e atividades em grupo, perdeu parte de sua dinâmica no formato remoto. A ausência de interação direta entre professor e aluno dificultou a compreensão de conceitos mais abstratos, como as relações sociais e políticas na História.

Levando em consideração o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), conduzida pelo IBGE, é uma fonte valiosa de dados sobre a população brasileira,

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão.

abrangendo aspectos como educação, trabalho e renda. Essas informações podem enriquecer o ensino de História ao fornecer uma compreensão aprofundada das transformações sociais e econômicas do país do período pandêmico.

A partir da pesquisa, observou-se que as diferenças entre instituições de ensino básico público e privado se tornaram ainda mais discrepantes quando se trata do equipamento utilizado pelos estudantes para o acesso à internet. Enquanto 80% dos estudantes de escolas particulares utilizavam o computador para acessar a internet, este número cai para 28,8% para a escola São José dos Índios.

Já o acesso pelo celular se mantém estável para os dois grupos, ficando em torno de 97,9%. Levando em consideração a idade desses estudantes, que estão entre 10 e 13 anos de idade, estes números caem para 51,4% se tratando do uso pessoal de acesso por aparelhos com internet móvel. (Escola São José dos Índios. Relatório do diagnóstico de acesso à Internet entre estudantes (10-13 anos), SEMED, 2022)

1.1 Recursos digitais e Ensino de História no primeiro ano de pandemia

Os recursos digitais têm se tornado cada vez mais essenciais no ensino de História, especialmente com o advento da educação remota e híbrida. Esses recursos permitem aos professores diversificarem suas abordagens pedagógicas e oferecer aos alunos uma maneira mais dinâmica e interativa de aprender sobre eventos históricos, contextos sociais e culturais.

No Ensino de História, os recursos digitais ajudam a tornar o conteúdo mais acessível, envolvente e significativo. Entretanto, 65% dos alunos do 9º ano não possuíam acesso a aparelhos celulares, 45% vez ou outra conseguiam acesso à internet ou precisavam esperar os pais chegarem do trabalho para conseguirem acessar o grupo de WhatsApp da escola e assim ter acesso as rotinas, dados esses cedidos pela gestão escolar de alunos do 9º ano a celulares e internet, (ESCOLA SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS, comunicação pessoal, 2024).

A tecnologia deve ser entendida, em última instância, como técnica objetivada pelo trabalho humano. Pressupõe necessariamente a existência de um sujeito cognoscente e de um objeto cognoscível, ou seja, de uma realidade concreta, independente das vontades, representações e idealizações humanas, possuindo uma legalidade própria na qual deve ser minimamente compreendida e dominada para garantir a produção e reprodução da vida. (Nobre, 2022, 125).

Esse conceito ressalta que a tecnologia não é apenas um conjunto de ferramentas ou aparelhos, mas um processo que envolve a ação consciente do ser humano sobre o mundo. O

sujeito cognoscente, ou seja, o agente que conhece, precisa compreender as leis e princípios que regem o objeto de estudo a realidade concreta para poder utilizar a técnica de forma eficaz.

Essa relação entre conhecimento, técnica e realidade objetiva destaca a importância do domínio técnico-científico para a transformação social e para a manutenção das condições de vida. Assim, a tecnologia não é neutra; ela expressa a capacidade humana de intervir no meio ambiente, sendo indispensável que essa intervenção seja fundamentada em um conhecimento profundo, para evitar consequências imprevistas e assegurar a sustentabilidade dos processos produtivos.

Dentro desse contexto tem-se as definições criadas por Santos (et al, 2021), compreendemos o motivo central das dificuldades de alguns professores, principalmente da rede pública de ensino, de aderirem ao uso de tecnologias digitais para o ensino de História. Podemos dividir essas dificuldades em quatro motivos. O primeiro é a falta de habilidade em lidar com programas, sites, o próprio celular ou computador que se era exigido semanalmente o envio de duas rotinas mediante a quantidade de horários preestabelecidos.

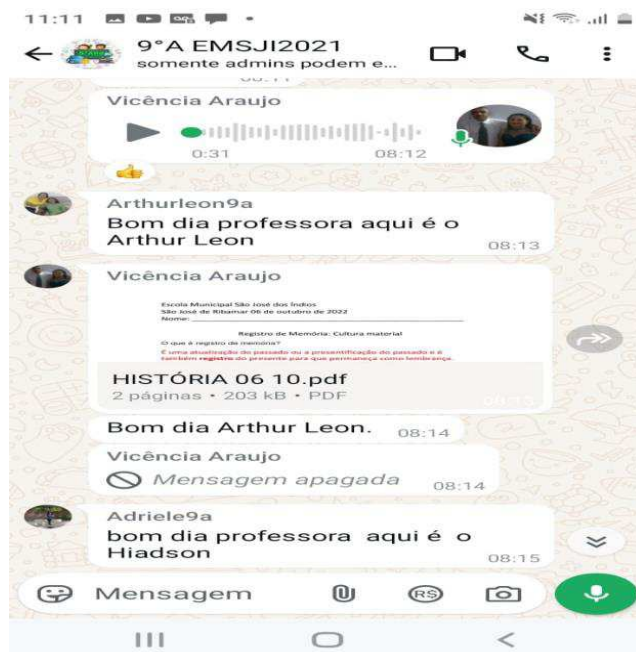
O segundo é a falta de conhecimento sobre o próprio recurso digital. O professor não sabe como ir atrás, possui dificuldades em ir atrás desses materiais didáticos fornecidos em ambientes digitais, como usar, quais referenciais se basearem. Já que não houve formação continuada promovida pela rede municipal não abordavam a inserção dos recursos digitais como proposta pedagógica.

O terceiro motivo é a falta de incentivo tanto dos próprios professores, como da gestão, mas principalmente dos órgãos responsáveis pela educação que não oferecem de forma suficiente e eficiente formações continuadas sobre o tema. E por último, a falta de recursos financeiros e materiais para a utilização dos mecanismos digitais, já que não há incentivo nem público, nem pessoal para o uso dessas ferramentas.

Segundo Costa, o ensino remoto exacerbou as desigualdades sociais e educacionais, e para a História isso se refletiu na impossibilidade de muitos estudantes terem acesso às aulas e materiais complementares. (Costa, 2024, p. 88). A EM São José dos Índios ao perceber a baixa devolutiva dos alunos, o baixo nível de entrega e dificuldade em conseguir abrir as rotinas em PDF nos aparelhos de celulares com modelos desatualizados, ausência de internet ou de muita lentidão, fazendo com que a gestão da escola imprimisse as rotinas e entregasse aos alunos com situações extremas de vulnerabilidade social e sem acesso à internet, entregasse essas feitas na escola e recebidas também.

Segue abaixo um diálogo entre a professora Vicência Barros e envio da rotina de história para ser trabalhada na semana.

Imagem 1. Rotina de História no contexto pandêmico em E.M São José dos Índios



Fonte: Arquivo particular do autor

As atividades eram enviadas no modelo em pdf, distribuídas as segundas e terças no grupo, a confirmação da presença era feita mediante a devolutiva das atividades encaminhadas no início da semana, também chamada de rotinas², mediante cronograma disponibilizado pela gestão da escola, assim os professores ficam disponíveis para serem tiradas as dúvidas dos alunos e disponibilização de material didático quando solicitado. Através da disponibilização de um quadro de horários, as rotinas eram entregues mediante os horários e dias das disciplinas, os grupos eram trancados pelo quadro administrativo e abertos mediante o horário pré-estabelecido pela gestão escolar.

As devolutivas das rotinas eram muito baixas, muitos alegavam a dificuldade com a internet, acesso aparelhos digitais, ou mesmo na impressão das atividades. Uma grande parte dos alunos utilizavam o celular dos pais e com isso dificultava o envio nos horários corretos, já que os pais se encontravam em horário de trabalho.

Após um ano da iniciativa da escola em entregar algumas versões impressas para aqueles alunos que não possuíam acesso a um celular ou internet de qualidade para baixar os arquivos, a prefeitura de São José de Ribamar começou a produzir de forma impressa uma

² Atividades elaboradas pelo quadro de professores e enviadas para gestão escolar para revisão e transformação do arquivo em pdf para ser distribuído nos grupos de WhatsApp.

apostila de forma mensal para todos os alunos da rede, sendo sua entrega e recebimento feito no portão da escola, recebimento esse daqueles alunos que não conseguiam fazer o envio das fotos nos grupos de WhatsApp criados. Apesar das inúmeras iniciativas a adesão dos alunos não aumentou de forma significativa.

O ensino de História muitas vezes exige que os alunos se conectem com eventos passados de forma emocional e empática, o que pode ser mais difícil em um formato digital. Recursos como visitas aos museus, encenações de eventos históricos e atividades práticas são difíceis de replicar no ambiente online, o que pode afetar a compreensão mais profunda e reflexiva da disciplina.

Apesar das dificuldades encontradas para a utilização desses recursos, é de compreensão geral que o avanço e o uso de recursos digitais fora de sala de aula não irão cessar. Por isso, é necessária a utilização desses mecanismos para dialogar com uma realidade vivida pela maioria dos jovens em idade escolar. Tal diálogo deve ser feito de forma planejada e com objetivos bem definidos, uma vez que existem riscos, como demonstra Souza. (SOUZA et al., 2022, p. 3)

O contexto da pandemia também proporcionou uma oportunidade para trabalhar temas históricos de forma prática ao relacionar o passado com o presente, como por exemplo, a história das doenças em outros contextos históricos, como pandemias e crises sanitárias, mostrando aos alunos como a História pode oferecer uma perspectiva crítica sobre os eventos atuais.

A pandemia de COVID-19 se tornou um tema central nas aulas de História, sendo utilizada para comparar com outras pandemias na história, como a peste bubônica (século XIV) ou a gripe espanhola (1918). Esse tipo de análise comparativa ajudou os alunos a entenderem melhor os ciclos de crise e resposta social, econômica e política ao longo da História.

A pandemia nos mostrou que o ensino de História não é algo estático, mas dinâmico. Estudantes puderam refletir sobre como as sociedades reagiram a outras pandemias, entendendo que o presente é construído sobre as lições do passado” (Pimentel, 2023, p. 120).

Para facilitar o acesso a professora Vicência Barros e alguns colegas gravaram aulas e enviavam para os alunos via WhatsApp ou outras plataformas de compartilhamento de arquivos. Essas aulas muitas vezes foram acompanhadas de materiais lúdicos e dinâmicos, como vídeos infantis e jogos educativos, porém o alcance não foi esperado já que por questões especialmente de uma internet instável ou ausência dela. Foram inúmeras as tentativas de

conseguir uma metodologia de ensino de História que contemplasse os alunos mediante as problemáticas que acometia a comunidade escolar, entre problemas de adequação aos meios tecnológicos.

A pandemia também trouxe à tona a importância da resiliência e da reflexão crítica, habilidades que podem ser trabalhadas na disciplina de História, pensando em desenvolver empatia e habilidades de pensamento crítico nos alunos, ao ajudá-los a refletir sobre a experiência coletiva de uma crise global e as lições que podem ser aprendidas.

O impacto da pandemia nas atividades escolares da Escola Municipal São José dos Índios refletiu as dificuldades enfrentadas por muitas escolas no Brasil, com um agravante relacionado às especificidades da comunidade indígena, como o acesso à tecnologia e à preservação da cultura e língua indígena. A transição para o ensino remoto, a adaptação das práticas pedagógicas e a retomada das atividades presenciais exigiram grandes esforços de professores, alunos e famílias. O desafio de superar essas dificuldades continua sendo essencial o apoio contínuo para garantir a recuperação do aprendizado e o bem-estar dos alunos.

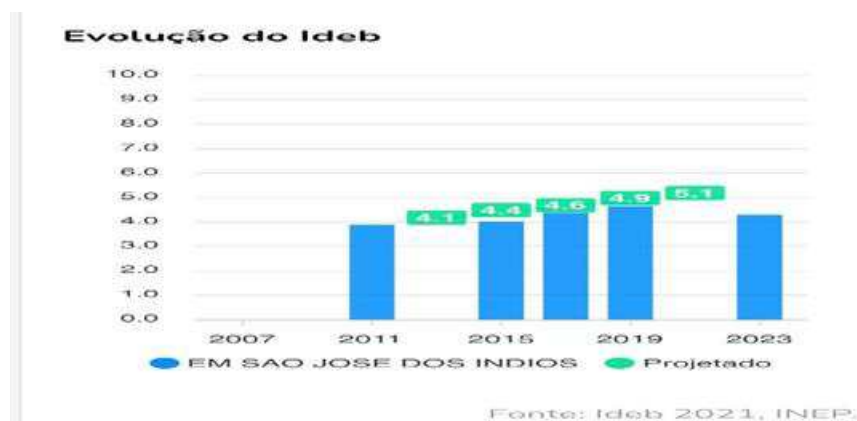
1.2 Impactos causados nas atividades escolares da Escola Municipal São José dos Índios

Em 2020, a pandemia do SARS-CoV-2 afetou a rede escolar de forma sem precedentes, e alcançou enormes proporções causadas pelo vírus, fazendo com que houvesse diversas incertezas sobre como aconteceria o ensino nas escolas do mundo todo. Com isto, foi instituído no Brasil o Ensino Remoto Emergencial, para garantir que a educação brasileira não fosse interrompida de forma abrupta por um longo período.

A imagem abaixo apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de São José de Ribamar em 2019, que registrava grandes melhorias, embora o município ainda enfrentasse desafios para atingir as médias estaduais e nacionais, como exemplo a nota de 4,9.

Com base no aprendizado dos alunos: a soma de português e matemática dividido por dois, multiplicado pela taxa de aprovação que resulta na nota do Ideb. O indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado

Imagem 2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de São José de Ribamar em 2019.



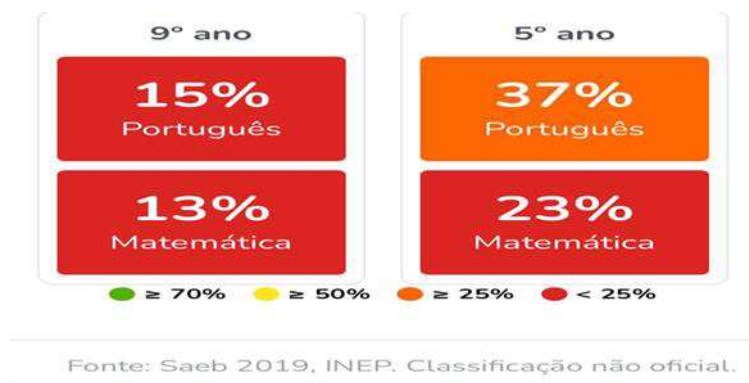
Fonte: IDEB, 2021, INEP

Em 2021, nos anos finais, tendo em vista a aplicação as turmas de 9º ano, que atingiram a média projetada, porém com a chegada da pandemia o município teve que elaborar planos emergências já pensando em tentativas de manter os índices educacionais já que o IDEB é uma medida importante para avaliar a qualidade do ensino com base no aprendizado dos alunos e na aprovação escolar, como vem expressando acima.

No mesmo gráfico ele apresenta a média da escola para o ano de 2023 que ficou em 4,3, verificando-se uma queda no rendimento e uma baixa expressiva após a volta as aulas presenciais. Essa verificação como estabelece o Ministério da Educação, O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb.

Já na imagem abaixo, demonstra a porcentagem de acertos na prova Saeb de 2019, nas turmas de 5º e 9º ano da EM São José dos Índios, demonstrando o baixo desenvolvimento dos alunos. Os resultados evidenciam um desempenho bastante abaixo do esperado nos dois ciclos avaliados. Os índices de acerto estão abaixo de 25% em quase todas as disciplinas, com exceção da Língua Portuguesa no 5º ano, que atinge 37% (ainda abaixo da média nacional). As cores vermelhas e laranjas no gráfico reforçam que a escola se encontra nos níveis de aprendizado considerados críticos, conforme os parâmetros do INEP.

Imagem 3. Percentual de acertos de Português e Matemática da prova do SAEB de 2019



Conforme a imagem, os acertos nas disciplinas de português e matemática, a escola supracitada conseguiu atingir a média planejada pela SEMED e ficou próximo a média nacional que era de 5 pontos para os anos finais que obteve uma nota abaixo da nota almejada pelo governo federal que era de 5,7.

Essa situação indica que a maior parte dos estudantes apresentam dificuldades significativas de aprendizagem, especialmente em Matemática, tanto no 5º quanto no 9º ano. No 9º ano, os índices são os mais preocupantes, com apenas 13% de acerto em Matemática e 15% em português, o que demonstra a necessidade de intervenções pedagógicas urgentes.

O SAEB não apenas avalia o desempenho dos alunos em áreas como História, mas também reflete as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro, oferecendo dados cruciais para a formulação de políticas públicas que visem uma educação mais equitativa e de qualidade o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Durante a pandemia, a educação em São José de Ribamar, assim como em outras cidades, teve que se adaptar ao ensino remoto. No entanto, muitas escolas enfrentaram dificuldades devido à falta de infraestrutura tecnológica e ao acesso desigual à internet entre os alunos.

Embora algumas escolas tenham utilizado plataformas de ensino a distância, a adaptação foi um processo gradual, com muitos alunos dependentes de materiais impressos e de apoio de professores via WhatsApp ou outros canais. A falta de equipamentos e de conexão à internet de qualidade em algumas regiões afetou o aprendizado de muitos alunos,

especialmente nas zonas rurais. A inclusão digital e a melhoria do acesso à internet continuam sendo desafios a serem superados.

A adaptação ao ensino remoto não foi apenas uma transição de formato, mas uma mudança profunda no modo como percebemos e praticamos a educação, com a tecnologia se tornando um pilar fundamental na comunicação entre educadores e estudantes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 75).

“A adaptação do ensino de História no município de São José de Ribamar foi marcada pela resistência dos professores e pela dificuldade dos alunos em acessar as aulas online, devido à falta de equipamentos e conexão de internet de qualidade” (Silva, 2023, p. 87). O currículo escolar precisou ser adaptado para se ajustar ao formato remoto e ao novo cenário. A escola teve que repensar suas estratégias de avaliação e acompanhar de perto o progresso dos alunos de maneira não presencial.

Dentro desta conjuntura de acontecimentos, o ensino de História adquiriu ainda mais importância para estimular professores e alunos a refletirem sobre a sua presença no tempo e no espaço, proporcionando para esses indivíduos a responsabilidade da tomada de atitudes coesas sobre as suas realidades e reflexões sobre a vivência daqueles que estão fora de sua bolha social.

Em tempos de crise, a capacidade de adaptação se torna uma qualidade essencial, especialmente para professores que precisam se reinventar constantemente para manter o engajamento e a aprendizagem dos alunos. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2023, p. 45).

A formação continuada dos professores foi uma prioridade para garantir que os educadores pudessem lidar com as novas metodologias de ensino. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São José de Ribamar procurou implementar programas de capacitação online que abordassem o uso de plataformas digitais, planejamento de aulas remotas e estratégias para manter o engajamento dos alunos em um ambiente virtual.

Além disso, muitas dessas capacitações focaram em estratégias pedagógicas para o ensino remoto, considerando as particularidades do município, como a desigualdade de acesso à internet e a diversidade de realidades enfrentadas pelos alunos.

Apesar dos esforços para a capacitação online, os professores enfrentaram desafios como à falta de acesso à internet de qualidade e a falta de dispositivos tecnológicos entre a dificuldade de manuseio dos equipamentos, tanto para os educadores quanto para os alunos.

Isso gerou dificuldade para a implementação efetiva do ensino a distância, principalmente em áreas mais periféricas e rurais do município. De acordo com informações de estudos realizados em municípios maranhenses, a adaptação das escolas à realidade digital foi um processo lento e desafiador. Em muitos casos, os professores tiveram que se adaptar rapidamente sem uma formação robusta e adequada para o ensino remoto. A falta de suporte técnico também foi um fator que dificultou a formação contínua e o aprimoramento das práticas pedagógicas durante esse período.

Apesar das diversas críticas ao ensino remoto e como ele impacta os conteúdos históricos e de todas as áreas da educação básica, ficou evidente durante o período de isolamento social que o uso de múltiplas linguagens é um importante recurso didático para a produção de conhecimento, que podem ser utilizadas para ilustrar acontecimentos importantes para a humanidade, como afirma Costa (2022).

Porém, Coelho (2022) faz importantes ressalvas sobre essas utilizações, já que o uso destes recursos tem que ser feito de forma cuidadosa, para não causar uma confusão de narrativas, sendo assim, o uso desses materiais deve ser sempre acompanhado de uma contextualização sobre os processos que os envolvem.

1.3 Estratégias de Acompanhamento e Avaliação

Para contornar as limitações do ensino remoto, muitos professores de História adotaram estratégias de acompanhamento e avaliação alternativas, como atividades assíncronas (realizadas pelos alunos em horários flexíveis) e uso de ferramentas de avaliação como quizzes, fóruns de discussão e projetos de pesquisa feitos nos livros didáticos entregues antes do período pandêmico.

“O foco foi dar espaço para que os alunos demonstrassem o aprendizado de forma mais autônoma e criativa. Sendo a História uma disciplina escolar que se expressa essencialmente por meio de conceitos científicos, é fundamental que a escola e o professor estejam atentos ao modo como se processa a conceptualização, nesta idade de transição entre a fase operatório-concreta e o pensamento formal (11 – 13 anos), em que se encontram os alunos das séries finais do ensino fundamental”. (Caimi, 2006, p. 24).

Como bem escreveu Paulo Freire (2011, p.24), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Sendo assim, a metodologia ativa demonstra que aprendesse de muitas maneiras, com diversas técnicas, procedimentos, mais ou menos eficazes para conseguir os objetivos desejados. A aprendizagem

ativa aumenta a flexibilidade cognitiva, que é a capacidade de alternar e realizar diferentes tarefas, operações mentais ou objetivos e de adaptação a situações inesperadas, superando modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes.

O uso de projetos de pesquisa sobre temas históricos, incluindo a análise de fontes digitais e a produção de conteúdos como vídeos e apresentações, foi uma das estratégias adotadas para incentivar a participação dos alunos e compensar a ausência de aulas presenciais. Embora as avaliações à distância nem sempre tenham sido ideais, elas permitiram que os alunos se envolvessem ativamente com a disciplina.

Em muitas escolas da rede pública, especialmente em áreas com baixa conectividade, o WhatsApp se tornou uma ferramenta fundamental para o acompanhamento dos alunos. Os professores utilizaram grupos de WhatsApp para tirar dúvidas, fornecer material complementar e estabelecer um contato mais próximo com os estudantes e suas famílias. As rotinas elaboradas pelos professores tinham um prazo de uma semana para envio dos alunos através dos grupos, em muitas escolas da rede pública, especialmente em áreas com baixa conectividade como a escola aqui estudada, o WhatsApp se tornou uma ferramenta fundamental para o acompanhamento dos alunos.

Os professores utilizaram grupos de WhatsApp para tirar dúvidas, fornecer material complementar e estabelecer um contato mais próximo com os estudantes e suas famílias. Para aqueles alunos que recebiam de maneira impressa, todas as segundas-feiras era feito o recebimento no portão da escola estabelecendo o distanciamento e as medidas de proteção, o administrativo ficava encarregado de enviar as fotos das devolutivas dos alunos. A SEMED de São José de Ribamar disponibilizou uma planilha para que fosse alimentada conforme a entrega dos alunos e fornecendo o percentual de participação e de evasão das atividades.

Uma das alternativas foi à avaliação formativa, que se concentra no acompanhamento do desenvolvimento do aluno durante o processo de aprendizagem, foi uma das estratégias mais utilizadas na pandemia. Ao invés de aplicar avaliações formais tradicionais, os professores passaram a realizar avaliações contínuas, com atividades semanais ou mensais permitindo que os professores monitorassem o progresso dos alunos de forma mais flexível e individualizada, identificando dificuldades e ajustando o ensino conforme as necessidades.

As estratégias de acompanhamento e avaliação adotadas durante a pandemia na EM São José dos Índios foram fundamentais para garantir que os alunos continuassem aprendendo, apesar dos desafios impostos pelo ensino remoto. Embora, as desigualdades de acesso à tecnologia e os impactos emocionais tenham sido obstáculos significativos, a criatividade dos educadores e o uso de tecnologias emergentes possibilitaram o desenvolvimento de novas

formas de acompanhar e avaliar os alunos. Essas experiências podem servir como aprendizado para o futuro, com a incorporação de metodologias mais flexíveis, inclusivas e adaptáveis às necessidades dos estudantes.

1.4 Impacto da Pandemia na Saúde Mental da comunidade Escolar

A mudança repentina para o ensino remoto causou dificuldades emocionais e psicológicas para muitos alunos, especialmente os mais jovens. O isolamento social e a falta de interação presencial com colegas e professores foram fatores que agravaram sentimentos de solidão, ansiedade e depressão.

Essas problemáticas afetam diretamente na participação dos alunos nas atividades escolares e seus desenvolvimentos escolares, muitos por conta da ansiedade e pelo isolamento social brusco e rompimento de suas rotinas. O fechamento das escolas e a mudança para o ensino remoto geraram um grande nível de incerteza e preocupação entre os alunos. Muitos sentiram a pressão de lidar com a nova forma de aprender, sem o suporte tradicional das interações presenciais com professores e colegas.

A pandemia causou um aumento significativo na ansiedade dos alunos, em grande parte devido à incerteza quanto ao futuro, ao distanciamento social e ao ensino remoto, que exigiu adaptação rápida e sobrecarga de atividades (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021, p. 32).

Além disso, muitos alunos experimentaram estresse relacionado ao uso excessivo de tecnologias e à dificuldade de adaptação ao formato online. O tempo prolongado diante das telas contribuiu para a sensação de cansaço mental e para o agravamento de problemas de saúde emocional isso elevando o número de casos relatados a gestão escolar sobre alunos que se negavam a fazer as atividades ou acompanhar as rotinas por conta dos níveis de ansiedade elevados. Muitos alunos, especialmente os mais velhos, enfrentaram incertezas relacionadas ao seu futuro acadêmico e profissional. O medo de não conseguir completar o ciclo de estudos ou de ter o aprendizado comprometido afetou emocionalmente esses estudantes.

A pandemia gerou uma grande apreensão entre os estudantes em relação à continuidade de seus estudos e ao futuro acadêmico, o que intensificou o estresse e a ansiedade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 50).

O impacto da pandemia na saúde mental dos alunos foi significativo, com aumento de ansiedade, depressão, estresse e isolamento social. A adaptação ao ensino remoto, às mudanças

na rotina e as incertezas sobre o futuro afetaram emocionalmente os estudantes, destacando a importância de políticas públicas de apoio psicológico nas escolas e da promoção do bem-estar emocional dos alunos. É fundamental que o sistema educacional continue a implementar medidas de acolhimento emocional, para garantir que os alunos possam se recuperar e superar os desafios dessa crise global.

Os professores enfrentaram uma grande sobrecarga de trabalho durante a pandemia. A necessidade de planejar, criar e ministrar aulas de forma remota exigiu mais tempo e esforço, muitas vezes sem a infraestrutura adequada. Além disso, as atividades se tornaram mais exigentes devido ao fato de que os educadores precisavam aprender rapidamente a usar novas tecnologias, o que levou ao aumento da ansiedade e do estresse.

Além dos desafios pedagógicos, os professores também enfrentaram incertezas relacionadas à própria saúde e à saúde de seus familiares. Muitos estavam preocupados com o risco de contágio, principalmente no contexto do retorno gradual às atividades presenciais. Isso gerou ansiedade e medo, que impactaram diretamente sua saúde mental. Os professores também enfrentaram o desafio de lidar com as dificuldades emocionais dos alunos. Muitos estudantes estavam emocionalmente impactados pela pandemia e, como figuras de apoio, os educadores precisaram ser mais empáticos e atentos aos sinais de sofrimento psicológico, o que gerou uma carga emocional adicional.

Além da pressão para garantir o aprendizado acadêmico, os professores precisaram lidar com as questões emocionais dos alunos, o que exigiu deles uma postura ainda mais cuidadosa e empática, gerando estresse emocional. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021, p. 112).

A falta de perspectivas claras para o retorno ao formato presencial e as incertezas sobre o futuro do sistema educacional geraram uma sensação de impotência em muitos professores, afetando sua motivação para o trabalho, além de perceber a baixa devolutiva dos alunos e os baixos dispositivos escolares que facilitariam o desenvolvimento das atividades que se fazem ausente devido as condições escolares e de grande parte da rede municipal.

Os pais também foram impactados pela pandemia, pois tiveram que lidar com a sobrecarga de responsabilidades, como o acompanhamento das aulas dos filhos em casa, além de enfrentar questões relacionadas à saúde e à renda, muitos pais sentiram-se sobrecarregados ao tentar manter o equilíbrio entre o trabalho, o cuidado dos filhos e as responsabilidades domésticas.

A falta de tempo pessoal e a incerteza sobre o futuro geraram níveis elevados de estresse, levando a distúrbios como a depressão e transtornos de ansiedade. Alguns pais também

experimentaram sentimento de culpa por não conseguirem oferecer o mesmo nível de apoio ou interação que antes da pandemia. Isso foi exacerbado pela pressão de manter as crianças ocupadas e educadas em casa, sem os recursos e apoio externos habituais.

CAPÍTULO 2: A PREPARAÇÃO PARA A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS EM SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS

Com a flexibilização das restrições impostas pela pandemia e a chegada das vacinas, o retorno das aulas presenciais se tornou uma prioridade para as autoridades educacionais. No entanto, esse retorno não se deu de forma abrupta; foi precedido por um extenso planejamento que envolveu a criação de protocolos sanitários, reorganização do espaço escolar e adaptação dos currículos.

Sobre a proposta e adaptação curricular devemos entender a importância da escolha do currículo para o ensino de história, a pesquisadora Circe Bittencourt (2022), descreve a importância das propostas curriculares como sendo. Em sua obra "O saber histórico na sala de aula", Bittencourt destaca a importância de uma abordagem crítica e contextualizada no ensino de História. Ela enfatiza que a História deve ser entendida não apenas como uma “sequência cronológica de eventos, mas como um campo de estudo que permite aos alunos compreenderem as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam o mundo”. (Bittencourt, 2002, p. 25)

Além de compreender a importância da escolha do currículo para o ensino de História, é fundamental analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus direcionamentos para os professores a partir de sua implementação em 2017. É necessário refletir sobre como os professores de História e de outras disciplinas passaram a ter seus currículos moldados por uma legislação marcada por fortes características neoliberais. Nesse contexto, também se impõe a questão: como adaptar-se a um modelo curricular neoliberal durante um período tão crítico como o da pandemia da COVID – 19.

A pandemia da COVID-19 exigiu uma profunda reavaliação das práticas pedagógicas, considerando não apenas os protocolos sanitários necessários para o retorno às aulas presenciais, mas também a urgência de reformular propostas curriculares, sobretudo no ensino de História. Diante desse cenário, torna-se indispensável incorporar tecnologias digitais ao cotidiano escolar e promover uma educação que valorize as experiências concretas dos estudantes, especialmente aqueles em contextos periféricos e rurais.

Como aponta Caimi (2020, p. 185), “a escola precisa reconhecer o território e os sujeitos que nele vivem, criando práticas pedagógicas que façam sentido e que dialoguem com as realidades locais”. Essa abordagem é fundamental para a construção de currículos mais inclusivos e responsivos às necessidades emergentes no contexto pós-pandêmico, garantindo que o ensino de História contribua efetivamente para a formação crítica e cidadã dos alunos. A pandemia da Covid-19 causou um profundo impacto no currículo escolar, exigindo adaptações

emergenciais que afetaram tanto os conteúdos quanto as metodologias de ensino. As escolas precisaram lidar com uma nova realidade: o ensino remoto seguido por um retorno gradual às aulas presenciais, após um longo período de afastamento. Durante o ensino remoto, muitos estabelecimentos enfrentaram desafios como o acesso limitado à tecnologia, a falta de preparo para o ensino a distância e as desigualdades sociais entre os estudantes.

Como consequência, houve uma significativa defasagem de aprendizagem, especialmente em áreas fundamentais como leitura, escrita e conhecimento histórico. Para lidar com essas limitações, o currículo precisou ser reorganizado, com a priorização de conteúdos essenciais, reelaboração nas metodologias e a redução da carga de disciplinas práticas. Além disso, a pandemia evidenciou a importância das competências socioemocionais, que passaram a ter maior destaque nas propostas pedagógicas.

A Secretaria de Educação de muitos estados e municípios formulou diretrizes para garantir a segurança dos alunos e profissionais da educação, com a implementação de medidas como o distanciamento social, uso obrigatório de máscara, disponibilização de álcool em gel, higienização frequente das salas de aula e controle de fluxo nas entradas e saídas das escolas, porém era uma realidade totalmente diferente com a realidade, a EM São José dos índios contava com um quadro de 246 alunos no turno matutino e 254 no vespertino, tornando o distanciamento quase impossível e as medidas de saúde como um todo.

Retomar as atividades escolares após o período de pandemia exige que educadores e alunos estejam preparados para um novo cenário, onde o aprendizado não se limita mais à sala de aula, mas inclui também a adaptação às novas formas de convivência, ao uso de tecnologias e ao fortalecimento dos vínculos afetivos, que se tornaram essenciais nesse período de isolamento (Costa, 2021, p. 78-79).

Além das questões sanitárias, a adaptação pedagógica também foi um grande desafio. Muitas escolas precisaram revisar suas práticas pedagógicas, incorporando recursos digitais e estratégias híbridas para suprir as lacunas deixadas pelo ensino remoto. Isso exigiu dos professores um esforço contínuo de capacitação e adaptação às novas formas de ensino, o que gerou um grande impacto sobre a carga de trabalho e a saúde mental de muitos profissionais da educação, podemos verificar essa relação na citação a seguir.

A volta às aulas após a pandemia representa não apenas um retorno ao espaço escolar, mas também uma oportunidade de reconstrução do ambiente de aprendizagem, com um olhar atento às novas necessidades emocionais e sociais dos alunos (Silva, 2022, p. 112).

Quando as autoridades de saúde começaram a permitir o retorno gradual às atividades presenciais, a Escola Municipal São José dos Índios iniciou o processo de preparação para esse novo momento. A gestão escolar, juntamente com os profissionais da educação, discutiu e planejou ações para garantir que o retorno fosse seguro e eficaz.

Foram adotadas medidas sanitárias, como a instalação de pontos de higienização, distanciamento físico nas salas de aula, uso obrigatório de máscaras e a disponibilização de materiais de proteção individual, mas que na prática ficou inviável como supracitado.

Além disso, a escola passou a realizar reuniões periódicas com os pais e responsáveis para orientá-los sobre as novas normas e a importância da colaboração de todos para garantir a segurança da comunidade escolar, além de fortalecer a união escola e família.

A capacitação dos professores também foi uma prioridade. Muitos docentes tiveram que se adaptar a novas formas de ensinar, utilizando ferramentas digitais e estratégias pedagógicas diferentes para atender às necessidades dos alunos em um momento de grande adversidade, a metodologia ativa foi uma prática muito utilizada, para o ensino de história com a aplicação de projetos, sala de aula invertida, uso do material didático adaptado, com o intuito de desenvolver no aluno a compreensão crítica do tempo, da sociedade e das transformações humanas ao longo dos séculos.

Mais do que memorizar datas e eventos, a disciplina busca formar cidadãos conscientes, capazes de analisar diferentes perspectivas, interpretar fontes e reconhecer as relações entre o passado e o presente, a busca de novas metodologias foi uma das saídas para ensino, já que a EM São José dos Índios não possuíam recursos digitais que colaborassem para tais estratégias que contassem com o auxílio da tecnologia no ensino de história.

2.1 Desafios sanitários e logísticos na E.M. São José dos Índios.

A Escola Municipal São José dos Índios, como muitas outras, enfrentou desafios relacionados à infraestrutura. Salas de aula superlotadas, falta de materiais pedagógicos e condições precárias de higiene que comprometem o ambiente escolar e dificultam a implementação de protocolos sanitários necessários para garantir a segurança de todos.

A Prefeitura de São José de Ribamar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), adotou medidas rigorosas, como a higienização constante dos ambientes, o fornecimento de álcool em gel, o uso obrigatório de máscaras e o distanciamento social nas salas de aula e nos demais espaços escolares.

De acordo com dados fornecidos pela SEMED, em 2021, aproximadamente 65% das escolas municipais precisaram realizar reformas estruturais para atender aos requisitos de distanciamento social e ventilação adequada. Em algumas instituições, isso envolveu a reorganização das salas de aula, além de investimentos em materiais de limpeza e EPIs (equipamentos de proteção individual), como máscaras e luvas.

Contudo, a escassez de recursos financeiros e a falta de infraestrutura adequada em algumas escolas representaram um obstáculo significativo para a implementação plena dessas medidas sanitárias. Em pesquisa realizada pela SEMED com a participação de 70% das escolas municipais, 40% relataram dificuldades no acesso a materiais de limpeza e EPIs, comprometendo, temporariamente, a eficácia dos protocolos estabelecidos.

No campo logístico, a rede municipal de São José de Ribamar enfrentou desafios relacionados ao transporte escolar. Com a reabertura das escolas, foi necessário otimizar a logística do transporte de alunos, principalmente nas áreas rurais e nas zonas mais distantes. De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Educação, cerca de 30% dos alunos da rede municipal enfrentavam dificuldades no acesso ao transporte escolar devido à escassez de veículos adequados e à distância das áreas residenciais das escolas. Em resposta, a prefeitura teve que aumentar o número de ônibus escolares e readequar os horários de transporte para garantir que os alunos chegassem às escolas de forma segura e no horário correto.

Além disso, a falta de conectividade para aulas remotas durante a pandemia exacerbou desigualdades no acesso à educação, e a retomada presencial exigiu uma atenção especial para a inclusão digital dos alunos. Em um levantamento realizado pela SEMED, 25% dos alunos não possuíam acesso regular à internet, o que representou um desafio adicional na transição para o ensino híbrido e no acompanhamento do aprendizado remoto.

Esses dados mostram que a volta às aulas na EM São José dos Índios exigiu uma participação ativa da comunidade escolar e do poder público para garantir um retorno seguro e eficiente.

Como afirmado por Silva (2022, p.78), "a adaptação da escola aos protocolos sanitários foi essencial para garantir a proteção da saúde dos alunos e profissionais da educação, exigindo investimentos em infraestrutura e treinamento dos funcionários". Em termos logísticos, a adequação da infraestrutura física da escola foi outro desafio significativo. A readequação de espaços, como a organização das salas de aula e a ventilação adequada dos ambientes, foi necessária para atender às exigências de distanciamento social.

Além disso, houve a necessidade de garantir que todos os alunos tivessem acesso aos materiais e recursos necessários para o retorno, como livros, uniformes e transporte escolar.

Costa (2021, p. 54) destaca que "a logística de transporte escolar e a reorganização das atividades dentro da escola foram fundamentais para assegurar que o retorno fosse realizado de forma eficiente e segura, sem comprometer a qualidade do ensino." A superação desses desafios exigiu um esforço conjunto entre a administração escolar, os professores, os alunos e a comunidade local, destacando a importância da colaboração e do planejamento estratégico para a implementação de uma volta às aulas bem-sucedida.

2.2 Formação dos professores para a volta as aulas na EM São José dos Índios

A capacitação dos professores de História no 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal São José dos Índios e da rede municipal, foi fundamental para garantir a qualidade do ensino após o retorno às aulas presenciais, considerando os desafios impostos pela pandemia de COVID-19. Durante o período de ensino remoto, os educadores enfrentaram dificuldades para adaptar o conteúdo de História, uma disciplina que exige frequentemente o uso de recursos visuais, debates e interações em grupo, atividades que são desafiadoras no formato virtual.

A capacitação foi, portanto, essencial para ajudar os professores a superarem esses desafios e a atenderem às necessidades específicas dos alunos, especialmente no contexto da defasagem de aprendizado.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED, em 2021, 90% dos professores de História do 9º ano participaram de um programa de capacitação voltado para o uso de tecnologias educacionais e metodologias ativas, como o ensino híbrido e a utilização de recursos audiovisuais. Esse programa foi estruturado para que os professores pudessem, posteriormente, aplicar esses conhecimentos na recuperação da aprendizagem dos alunos, especialmente nas áreas de interpretação de fontes históricas e compreensão crítica dos processos históricos.

Selva Guimarães destaca que

A formação docente que integre teoria e prática, permitindo que os professores reflitam criticamente sobre suas metodologias e adaptem-nas às realidades de suas escolas, é fundamental. A formação continuada deve ser um processo permanente de aprendizagem, essencial para a construção de uma prática pedagógica eficaz e contextualizada. (Guimarães, 2005, p. 102).

Nesse sentido, a formação continuada torna-se uma exigência fundamental: um processo permanente e coletivo de aprendizagem, no qual o professor analisa, reformula e aperfeiçoa suas práticas em diálogo com os contextos sociais e culturais de sua escola. Essa perspectiva

reforça a ideia de que o ensino de História deve estar comprometido não apenas com a memorização de fatos, mas com a formação de sujeitos históricos conscientes, capazes de interpretar e transformar a realidade.

A pesquisa realizada pela SEMED em 2021 revelou que 65% dos professores de História sentiam que a capacitação tinha sido crucial para a reorganização de seus planejamentos pedagógicos. A formação também abordou a adaptação de metodologias para a inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem, utilizando ferramentas tecnológicas como plataformas interativas e recursos digitais para tornar o ensino de História mais acessível. Apesar do impacto positivo dessa capacitação, 15% dos professores indicaram que ainda enfrentaram dificuldades em adaptar a disciplina para o ambiente digital durante o período remoto, devido a limitações de recursos tecnológicos e à falta de interação face a face com os alunos.

Outro desafio enfrentado pelos educadores foi à necessidade de atualizar e diversificar os materiais didáticos de História, para abordar de maneira mais dinâmica temas como a História do Brasil, as revoluções sociais e as questões políticas contemporâneas. Nesse contexto, a SEMED forneceu aos professores uma série de materiais de apoio, incluindo livros, vídeos e simulações interativas, com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas e envolventes. Dados da SEMED indicam que 80% dos professores utilizaram esses materiais em suas aulas, o que contribuiu para o aumento da motivação dos alunos e facilitou a compreensão de conteúdos complexos.

Segundo Guimarães e Silva (2010, p. 14), a formação continuada deve promover a reflexão crítica sobre as práticas docentes, permitindo que os professores questionem e reconfigurem suas abordagens pedagógicas frente às mudanças sociais e educacionais.

A capacitação realizada na E.M. São José dos Índios foi importante para apoiar os professores na gestão da sala de aula e no acolhimento das questões emocionais dos alunos, que estavam lidando com os impactos psicológicos da pandemia. A formação incluiu módulos sobre como promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e como trabalhar com alunos que apresentavam dificuldades de concentração ou estresse.

Circe Bittencourt, (2005, p. 51) por sua vez, destaca a necessidade de uma abordagem crítica no ensino de História, que valorize as múltiplas vozes e experiências históricas. Ela argumenta que a formação continuada deve capacitar os professores a promoverem uma educação que não apenas transmita conteúdos, mas que também desenvolva a capacidade crítica dos alunos frente à realidade social e histórica.

Em relação aos resultados observados após a capacitação, um levantamento realizado pela SEMED indicou que 75% dos professores de História sentiram-se mais preparados para trabalhar com o conteúdo de forma mais engajados e eficaz. Além disso, 70% dos alunos do 9º ano relataram maior interesse nas aulas de História, atribuídos à utilização de recursos multimídia e metodologias inovadoras que tornaram as aulas mais interativas.

2. 3 Os desafios pedagógicos e sociais para a volta às aulas na EM São José dos Índios

A retomada do ensino na Escola Municipal São José dos Índios após a liberação da OMS, trouxe à tona diversos desafios relacionados tanto ao ensino quanto à aprendizagem dos alunos. Para o ensino de História exige abordagens interativas, como debate em sala de aula, análise de fontes históricas e discussões em grupo. Durante o ensino remoto, muitas dessas práticas foram prejudicadas, uma vez que as aulas virtuais não conseguiam proporcionar a mesma dinâmica de interação.

À volta às aulas presenciais na Escola Municipal São José dos Índios não foi isenta de desafios. Um dos principais obstáculos foi à adaptação dos alunos ao novo formato das aulas. Durante a pandemia, muitos perderam o ritmo escolar e o foco nos estudos, e o retorno ao ambiente escolar exigiu tempo para readaptação.

O retorno no Ensino Fundamental, após o período de pandemia, trouxe desafios significativos para os alunos, educadores e famílias. Um dos principais obstáculos foi à adaptação dos estudantes ao ambiente escolar físico, após um longo período de ensino remoto, o que gerou lacunas no aprendizado e dificuldades na retomada de conteúdos essenciais.

Além disso, o impacto psicológico da pandemia, como o aumento da ansiedade e da insegurança, também afetou a saúde emocional dos alunos, o que gerou desafios na reintegração social e no restabelecimento de um ambiente de aprendizagem saudável. Como destaca Costa (2021, p. 67), “a saúde mental dos estudantes foi um dos aspectos mais afetados, sendo essencial a criação de estratégias pedagógicas que favorecessem a adaptação emocional e o retorno ao convívio escolar”.

Outro desafio importante foi a desigualdade educacional, pois muitos alunos, especialmente de contextos socioeconômicos mais vulneráveis, enfrentaram dificuldades no acesso a ferramentas tecnológicas adequadas durante o ensino remoto, o que agravou as defasagens no aprendizado. Assim, a recuperação das aprendizagens e a promoção de uma educação inclusiva tornaram-se prioridades no processo de retomada das aulas presenciais.

Muitas crianças e adolescentes estavam traumatizados pela experiência de ter ficado longe da escola e da socialização com os colegas. A pandemia trouxe inseguranças e medos, o que afetou diretamente a saúde mental dos alunos. Por isso, foi necessário implementar ações de apoio psicológico e social para que os estudantes pudessem superar as dificuldades emocionais e psicológicas que surgiram durante esse período.

A infraestrutura da escola também demandou adequações para garantir a segurança sanitária, com protocolos de distanciamento e higienização (Silva, 2022). Outro desafio significativo foi à desigualdade educacional, que se aprofundou durante o ensino remoto, já que muitos alunos não tinham acesso adequado a tecnologias e à internet.

Por fim, o ritmo de aprendizagem dos estudantes foi fortemente afetado, com lacunas no conteúdo adquirido, o que exigiu um esforço redobrado dos educadores para superar essas defasagens (Costa, 2021). A superação desses desafios demanda uma atuação integrada entre educadores, gestores e famílias, com o objetivo de garantir uma retomada segura e inclusiva das atividades presenciais.

A volta às aulas presenciais representa uma fase crucial para a educação pública brasileira, que, além de restaurar o processo de ensino-aprendizagem, visa também recuperar aspectos sociais, emocionais e culturais dos alunos que foram profundamente afetados pela suspensão das aulas. A análise da retomada, portanto, torna-se fundamental para compreender as dificuldades, as adaptações necessárias e os efeitos dessa transição, contribuindo para a formulação de políticas educacionais que atendam às reais necessidades da população escolar.

Sem apoio tecnológico, o ensino de História nas escolas municipais voltou a depender fortemente de recursos tradicionais, como quadro e giz, livros didáticos físicos, mapas murais e atividades impressas. Esse retorno às ferramentas convencionais evidenciou a precariedade estrutural de muitas instituições públicas, especialmente em regiões periféricas e rurais. Durante o ensino remoto, muitos professores se viram obrigados a elaborar atividades impressas que eram entregues em casa, uma prática que, em muitos casos, continuou no retorno às aulas presenciais devido à falta de acesso à internet e equipamentos por parte dos alunos.

A ausência de recursos digitais comprometeu a mediação pedagógica, dificultando o uso de imagens, vídeos e conteúdos interativos, elementos que enriquecem o ensino de História. Como destaca Bittencourt (2018, p. 82), “a prática pedagógica no ensino de História deve considerar o contexto social e cultural do aluno, sendo flexível e crítica, mesmo em situações adversas”. Nesse cenário, os professores tornaram-se peças centrais no esforço de manter o vínculo escolar e garantir uma aprendizagem minimamente significativa, apesar das limitações impostas pela realidade material das escolas.

2.4 Desigualdade no acesso à educação de acordo com os dados da SEMED de Ribamar

A desigualdade no acesso à educação nas escolas municipais, como na Escola Municipal São José dos Índios, após a pandemia, se agravou, refletindo desafios estruturais e socioeconômicos que já existiam, mas se intensificaram com o ensino remoto. Durante a pandemia, a transição para o ensino a distância expôs a fragilidade do acesso dos alunos a tecnologias e à internet, o que dificultou a continuidade da aprendizagem, principalmente nas zonas mais afastadas e em comunidades com menor infraestrutura.

. A pesquisa realizada pela SEMED em 2021 mostrou que, das 40 escolas da rede, aproximadamente 50% enfrentaram dificuldades no fornecimento de materiais didáticos digitais, devido à falta de dispositivos adequados, como computadores e tablets, e à escassez de conectividade nas áreas rurais (SEMED, 2021). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São José dos Índios, cerca de 35% dos alunos da rede municipal não possuíam acesso à internet de qualidade durante o ensino remoto, o que comprometeu o aprendizado de muitos estudantes

Além disso, a pandemia exacerbou as desigualdades socioeconômicas, com muitos alunos de famílias de baixa renda enfrentando dificuldades para acompanhar as atividades escolares, devido à falta de condições para adquirir os recursos tecnológicos necessários para o aprendizado remoto. Como afirma Souza (2020, p.112), "o ensino remoto evidenciou as disparidades no acesso às tecnologias, resultando em um fosso educacional que afetou especialmente os estudantes de classes sociais mais baixas". Em São José dos Índios, o levantamento da SEMED revelou que cerca de 40% dos alunos não tinham acesso regular a dispositivos tecnológicos, como smartphones ou computadores, e 25% dos alunos da zona rural não tinham cobertura de internet em suas casas, o que ampliou ainda mais a desigualdade no acesso à educação.

A recuperação dessa desigualdade no retorno às aulas presenciais foi um desafio ainda maior. A adaptação dos alunos ao ensino presencial foi afetada pelas defasagens no aprendizado, principalmente em matemática e língua portuguesa, matérias fundamentais para a progressão acadêmica. Dados da SEMED indicam que 60% dos alunos do 9º ano apresentaram defasagem significativa nesses conteúdos, o que exigiu um esforço redobrado de educadores para a recuperação do aprendizado.

Em resposta a essas desigualdades, a Prefeitura de São José dos Índios e a SEMED implementaram ações de recuperação e inclusão, como a distribuição de kits escolares e a disponibilização de internet gratuita em pontos de acesso em áreas periféricas. No entanto,

como destaca (NOBRE, 2022, p. 124). “A pandemia escancarou desigualdades históricas, tornando evidente a urgência de políticas estruturantes que garantam acesso equitativo às tecnologias e formação adequada para todos os atores do processo educativo.”

CAPÍTULO 3: METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA COM FOCO NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA LOCAL: PROPOSTAS PARA A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS

A pandemia de COVID-19 provocou uma ruptura profunda na educação mundial, e seus efeitos foram sentidos de maneira ainda mais intensa no Brasil, especialmente nas escolas públicas. A ausência de políticas efetivas de inclusão digital, a precariedade das condições de ensino e a desigualdade social já existente contribuíram para ampliar as lacunas na formação de milhares de estudantes.

Nesse cenário de crise, os professores foram chamados a reinventar suas práticas. O ensino remoto, as atividades impressas e a necessidade de manter o vínculo com os alunos exigiram criatividade, sensibilidade e compromisso. Entre os educadores, o professor de História se destaca por sua capacidade de conectar o conteúdo escolar com a vida real dos estudantes, promovendo a construção de sentido em meio ao caos vivido.

Mais do que uma disciplina que transmite informações sobre o passado, a História tem a missão de ajudar os alunos a compreenderem o presente e a refletirem criticamente sobre as transformações sociais. No contexto pós-pandêmico, o ensino de História pode ser um espaço de reconstrução emocional e intelectual, onde os estudantes interpretam a pandemia como um fato histórico, comparando-a a outros eventos de crise, como epidemias, guerras ou mudanças políticas abruptas.

Nesse processo de recomposição da aprendizagem, a LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), oferece um suporte importante. Ao definir que a educação deve contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, preparando-o para o exercício da cidadania e para a vida profissional, a LDB amplia o papel do professor para além da transmissão de conteúdo. Ela o reconhece como agente formador, responsável por promover o crescimento intelectual, ético e social dos alunos.

O artigo 13 da LDB, por exemplo, deixa claro que é dever do docente zelar pela aprendizagem dos estudantes e criar estratégias específicas para apoiar aqueles que apresentam dificuldades. Isso reforça a legitimidade de ações voltadas à recuperação contínua da aprendizagem, como a personalização das atividades, a flexibilização curricular e a escuta ativa das necessidades dos alunos.

No caso do ensino de História, essas ações podem ser traduzidas em práticas acessíveis, como o uso de relatos orais, análises de jornais locais, debates sobre a realidade vivida e

produções colaborativas baseadas na experiência da própria comunidade. Ao tratar a pandemia como tema histórico, o professor ajuda os alunos a desenvolverem um olhar crítico sobre o momento atual, promovendo a conexão entre suas vivências pessoais e os grandes processos sociais.

A compreensão do passado, nesse sentido, não é apenas informativa, mas transformadora. Ao se reconhecerem como sujeitos históricos, os estudantes passam a valorizar suas histórias, suas famílias e seus territórios, o que é especialmente relevante em contextos escolares onde o distanciamento durante a pandemia gerou sentimentos de exclusão e desmotivação.

Assim, o professor de História atua como um mediador entre o conhecimento científico e a realidade vivida pelos alunos. Ele contribui para reconstruir o vínculo com a escola, despertar o interesse pelo aprendizado e fortalecer a cidadania. Seu trabalho, ancorado nas orientações da LDB e nas especificidades do contexto escolar, é fundamental para enfrentar os desafios da defasagem escolar e promover uma educação mais humana, crítica e inclusiva.

Ao articular a legislação educacional com práticas pedagógicas contextualizadas, o professor consegue transformar a sala de aula em um espaço de reconstrução — não apenas de conteúdos, mas de vínculos, de identidades e de futuros possíveis.

Como em todas as disciplinas escolares a disciplina de história para o ensino fundamental teve grandes dificuldades para reparar os danos causados pela Pandemia. A LDB (Lei de Diretrizes e Base) propõe mecanismos e conteúdo para que os professores possam trabalhar em sala de aula. À luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), é essencial refletir sobre como o ensino de História pode e deve se adequar a esse novo cenário social e educacional.

A LDB estabelece, em seu artigo 2º, que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, o ensino de História desempenha papel fundamental, pois contribui para a construção da identidade individual e coletiva, da consciência crítica e da compreensão dos processos sociais que moldam a realidade.

No contexto pós-pandêmico, esses princípios ganham ainda mais relevância. A necessidade de compreender o presente à luz do passado torna-se urgente, especialmente diante da proliferação de desinformação, discursos negacionistas e crises políticas e sanitárias.

Além disso, o ensino de História deve favorecer metodologias ativas que promovam a análise de fontes, o debate, à produção de narrativas históricas e a conexão com problemas

sociais contemporâneos. A articulação com projetos interdisciplinares também se mostra fundamental para uma compreensão mais ampla das transformações sociais vivenciadas.

À volta as aulas abrem um debate sobre como o professor pode trabalhar o conceito de didática da história como debatido por Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos Schmidt e Tânia Maria F. Braga Garcia seu artigo intitulado “A Formação Da Consciência Histórica De Alunos E Professores E O Cotidiano Em Aulas De História”. (2005)

Esses elementos constituem-se em referências valiosas para se reconceitualizar a aula como espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar. Dessa forma, amplia-se o entendimento da aula de história, abrindo novas perspectivas para o debate no campo da Didática da História (Schmidt, Garcia, 2005, p. 299).

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar que adotar o primeiro princípio da Didática da História exige que professores e alunos se empenhem na renovação dos conteúdos, na construção de problematizações históricas e na compreensão de múltiplas narrativas. Isso inclui explorar histórias silenciadas e perspectivas de sujeitos históricos diversos que, muitas vezes, não tiveram acesso à História oficial.

Busca-se, assim, resgatar as vivências pessoais e coletivas de alunos e professores, reconhecendo-os como participantes ativos da realidade histórica. Essa realidade, por sua vez, deve ser analisada e reinterpretada com o objetivo de transformá-la em conhecimento histórico e em autoconhecimento. Dessa forma, os sujeitos podem situar-se em uma ordem de vivências múltiplas e contrapostas, considerando tanto a unidade quanto a diversidade do real (Schmidt, Garcia, 2005, p. 299).

Ana Maria F. C. Monteiro (2003, p. 09) afirma que: “o ensino de história tem sido objeto de grande interesse, constituindo um campo de pesquisas em desenvolvimento no Brasil”. A partir dessa perspectiva, é possível explorar o amplo campo de investigação sobre o ensino de história e as narrativas que o envolvem.

À volta às aulas após a pandemia teve um impacto profundo na comunidade escolar, afetando não apenas os alunos, mas também os professores, gestores e as famílias. Um dos principais desafios foi à adaptação ao novo formato de ensino, considerando as alterações nas dinâmicas pedagógicas e o esforço para recuperar as defasagens no aprendizado causadas pelo ensino remoto.

Segundo Libâneo (2021, p. 112), “o retorno às aulas presenciais demandou dos professores uma revisão das estratégias didáticas, visando suprir as lacunas de aprendizagem

geradas pelo ensino remoto e garantir a inclusão educacional de todos os alunos”. Além disso, o impacto psicológico gerado pela pandemia foi significativo, afetando tanto a saúde mental dos alunos quanto a dos educadores.

A reintegração social, que envolveu a readaptação à convivência em grupo e ao ambiente escolar, foi outro desafio a ser superado como destaca Costa (2020, p. 75), “o cuidado com a saúde emocional de estudantes e educadores é fundamental para garantir um retorno escolar seguro e produtivo, pois influencia diretamente no processo de aprendizagem e na adaptação ao novo contexto. “A colaboração entre escola, família e comunidade tornou-se fundamental para proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, onde os estudantes pudessem se reintegrar e retomar sua trajetória educacional com mais confiança e estabilidade.

A recuperação dessas perdas de aprendizagem foi um dos principais focos das instituições de ensino, exigindo um esforço extra para readequar as metodologias pedagógicas. Como aponta Souza (2022, p. 134), "o ensino remoto evidenciou a fragilidade das redes de apoio e o aumento da desigualdade educacional, o que se refletiu em lacunas no conhecimento de grande parte dos alunos".

Além disso, o impacto psicológico da pandemia foi evidente, com muitos alunos apresentando dificuldades emocionais, como ansiedade e depressão, o que prejudicou sua reintegração ao ambiente escolar. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021, p.12), indicam que 1 em cada 5 jovens desenvolveu algum tipo de distúrbio mental durante o período de isolamento social, o que reforça a importância de estratégias voltadas para o bem-estar emocional no retorno às aulas.

Segundo Almeida (2021, p. 88), “a recuperação do aprendizado no pós-pandemia depende não só de estratégias pedagógicas, mas também de um trabalho conjunto entre escola, família e comunidade para garantir o suporte emocional necessário aos estudantes. A colaboração entre esses setores se mostrou essencial para superar os desafios sanitários e logísticos e garantir um retorno seguro e eficaz às atividades presenciais.

Apesar dos desafios, a volta às aulas presenciais trouxe muitos benefícios para a comunidade escolar. O retorno ao ambiente escolar proporcionou uma sensação de normalidade e alívio para muitos alunos, que voltaram a ter contato direto com seus professores e colegas. As aulas presenciais permitiram um acompanhamento mais próximo do aprendizado, com a possibilidade de intervenções pedagógicas mais eficazes.

Além disso, o retorno às aulas presenciais reforçou a importância da escola como um espaço de socialização e convivência, fundamental para o desenvolvimento social e emocional das crianças e adolescentes. A troca de experiências, a participação em atividades coletivas e a

convivência com os colegas foram aspectos que fizeram a diferença no processo de reintegração dos alunos ao ambiente escolar.

O cenário educacional brasileiro foi duramente afetado pela pandemia, acentuando desigualdades já existentes, especialmente nas redes públicas que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade social. A interrupção do ensino presencial, a limitação no acesso a recursos tecnológicos e o aumento da evasão escolar geraram impactos profundos no processo formativo, em especial nos anos finais do Ensino Fundamental. Nesse novo contexto, o ensino de História assume um papel essencial ao fomentar o pensamento crítico, preservar a memória coletiva e possibilitar a análise das transformações sociais, políticas e culturais vividas pela sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996, é um instrumento jurídico fundamental para orientar a organização da educação no país. Conforme o artigo 2º da referida lei, a educação deve promover o desenvolvimento pleno dos indivíduos, capacitando-os para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, sempre fundamentada na liberdade e na solidariedade humana. Com base nesses princípios, é responsabilidade do educador alinhar suas práticas pedagógicas com essa missão, visando enfrentar os prejuízos educacionais acumulados durante a crise sanitária.

No âmbito do ensino de História, a LDB propõe uma abordagem que valorize as múltiplas expressões culturais e sociais do Brasil. O artigo 26 define que os currículos da educação básica devem conter uma base nacional comum complementada por conteúdos diversificados, adaptados às realidades regionais e locais dos estudantes. Essa diretriz permite ao professor explorar temas que dialoguem diretamente com a vivência dos alunos, tornando a aprendizagem mais significativa e contextualizada, fator crucial para a recuperação das lacunas deixadas pelo ensino remoto.

Ainda segundo a LDB, no artigo 13, o docente tem como atribuição central garantir a aprendizagem dos estudantes e planejar estratégias específicas para aqueles com desempenho abaixo do esperado. Nesse sentido, o ensino de História pode se beneficiar de metodologias ativas, trabalhos interdisciplinares e práticas pedagógicas adaptadas à realidade da comunidade escolar. Projetos como a criação de murais históricos, entrevistas com familiares ou o registro das experiências vividas durante a pandemia são exemplos de estratégias eficazes para desenvolver habilidades de leitura, escrita e interpretação crítica da realidade.

A valorização da diversidade é outro ponto crucial previsto na LDB. O artigo 26-A obriga a inclusão, nos currículos da educação básica, de conteúdos voltados à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Ao incorporar essas temáticas em sala de aula, o professor

de História contribui para uma educação mais inclusiva, capaz de reconhecer e afirmar a diversidade cultural do Brasil. Isso fortalece a identidade dos estudantes e amplia sua participação cidadã de forma crítica e consciente.

Por fim, é importante compreender que a recomposição das aprendizagens não deve se limitar à simples retomada de conteúdo. É necessário promover o envolvimento ativo dos alunos com a escola, reforçando o vínculo entre a vivência pessoal e o conhecimento histórico. O docente pode, por exemplo, utilizar temas geradores que estimulem a análise dos efeitos da pandemia, relacionando-os a outros acontecimentos históricos marcantes, como guerras, revoluções ou outras crises sociais, ampliando a compreensão do presente à luz do passado.

Dessa forma, ao utilizar a LDB como fundamento legal e orientador pedagógico, o professor de História pode elaborar estratégias que visem à superação das desigualdades educacionais acirradas pela pandemia. A legislação, quando interpretada de forma crítica e contextual, se torna um recurso valioso para práticas educativas centradas no aluno, que reconhecem sua trajetória, promovem equidade e fortalecem a cidadania.

3.1 Aprendizagens históricas pós- pandemia

A sala de aula contemporânea, especialmente após a pandemia, pede abordagens que envolvam mais do que a simples transmissão de conteúdo. Nesse contexto, as metodologias ativas se destacam como práticas pedagógicas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. No ensino de História, essas metodologias ganham ainda mais força, pois incentivam os estudantes a investigarem, questionar e interpretar a realidade ao seu redor de forma crítica. “O uso das metodologias ativas demanda do professor o papel de mediador, fomentando ambientes de aprendizagem colaborativos e dinâmicos.” (Almeida; Passerino, 2017, p. 72).

Na Escola Municipal São José dos Índios, situada em São José de Ribamar, esse movimento ganha contornos ainda mais significativos. Localizada em uma região marcada pela forte presença de tradições indígenas e valores culturais locais, a escola encontra na história do território uma rica fonte de saberes que podem e devem ser explorados em sala de aula. Quando os alunos se veem como parte da história, reconhecendo a importância de sua cultura, suas famílias e suas memórias, o aprendizado ganha sentido e profundidade. “A aprendizagem que se baseia na experiência é mais significativa, pois o aluno está ativamente engajado no processo educativo.” (Dewey, 2012, p. 58).

Trabalhar com a história local e com as memórias da comunidade é, portanto, uma estratégia potente. O uso da memória oral por meio de entrevistas com moradores, contação de histórias e rodas de conversa permite que os alunos conheçam o passado a partir das vozes daqueles que o viveram. Como destaca Pollak (1989), a memória é uma forma viva e legítima de construção histórica, sobretudo em contextos em que faltam registros escritos. Assim, os estudantes passam a ver suas comunidades não como periféricas, mas como protagonistas da história.

Paulo Freire (1996) reforça esse olhar ao afirmar que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para que ele seja construído. Com base nisso, o professor de História pode propor investigações sobre as festas populares da região, os saberes tradicionais, as mudanças ocorridas no bairro ou mesmo os impactos da pandemia na vida das famílias. Os alunos se tornam pesquisadores de suas próprias histórias — e isso transforma o ato de aprender.

Mesmo em uma escola com poucos recursos tecnológicos, como é o caso da São José dos Índios, é possível aplicar essas metodologias com criatividade e intencionalidade pedagógica. Linhas do tempo feitas com materiais recicláveis, painéis temáticos construídos coletivamente, dramatizações de eventos históricos e produção de jornais escolares são exemplos de práticas que envolvem, engajam e ensinam. Libâneo (2013) destaca que a mediação do professor é essencial nesse processo, guiando o aluno na leitura crítica da realidade e na articulação entre o saber popular e o saber acadêmico.

Além disso, os projetos interdisciplinares representam uma oportunidade de enriquecer ainda mais o processo de ensino-aprendizagem. Um estudo sobre as tradições indígenas locais, por exemplo, pode envolver conteúdos de História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes e até Ciências. Esse tipo de abordagem integral favorece a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de múltiplas habilidades, conforme aponta Zabala (1998), ao afirmar que trabalhar por projetos permite responder às necessidades reais dos alunos e conecta o ensino à sua realidade.

Valorizar a história local é também uma forma de afirmar identidades e promover cidadania. Ao reconhecer suas origens e sua cultura, os estudantes se tornam mais conscientes de seu papel na sociedade e mais preparados para transformar a realidade. Esse é o caminho de uma educação comprometida com a inclusão, com o respeito à diversidade e com a transformação social princípios que também estão presentes na LDB e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em resumo, a experiência da Escola Municipal São José dos Índios mostra que, mesmo diante de limitações materiais, é possível fazer um ensino de História vivo, relevante e profundamente transformador. Ao lançar mão das metodologias ativas e dar voz às memórias locais, o professor contribui não apenas para a recuperação da aprendizagem no pós-pandemia, mas para a formação de sujeitos históricos críticos, conscientes e orgulhosos de suas raízes:

3.2 Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) com Foco na História Local

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) tem se consolidado como uma estratégia pedagógica eficaz para tornar o ensino mais envolvente e significativo, especialmente em contextos desafiadores. No ensino de História, essa abordagem permite que os alunos deixem de ser apenas receptores de informações e passem a atuar como protagonistas do próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo investigações a partir de temas relevantes e próximos à sua realidade. “A ABP se fundamenta na resolução de problemas reais, promovendo o protagonismo do aluno e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.” (Moran, 2015, p. 46)

Na Escola Municipal São José dos Índios, a aplicação da ABP com foco na história local oferece aos estudantes a oportunidade de explorar suas próprias origens e fortalecer a identidade cultural da comunidade. Ao propor um projeto sobre a história e a memória dos povos indígenas que habitam a região, por exemplo, os alunos são incentivados a mergulhar em pesquisas, entrevistar moradores mais antigos, visitar espaços simbólicos e construir, coletivamente, um acervo de saberes que muitas vezes não estão presentes nos livros didáticos.

Um exemplo concreto seria a criação de um “Museu da História Local” dentro da escola. Nesse projeto, os estudantes poderiam mapear eventos importantes da cidade, registrar histórias de vida de seus familiares, resgatar tradições culturais e apresentar os resultados por meio de exposições, painéis, vídeos e dramatizações. Essa vivência não apenas fortalece o senso de pertencimento, mas também desenvolve múltiplas competências: pesquisa, escrita, oralidade, trabalho em equipe e criatividade.

A ABP também possibilita que os alunos façam conexões entre o conteúdo estudado e os desafios atuais. Discutir, por exemplo, como os povos originários resistem historicamente à exclusão e à perda de território pode levar a reflexões sobre direitos humanos, cidadania e justiça social. Dessa forma, o estudo da História deixa de ser algo distante e passa a dialogar diretamente com o presente. “A metodologia de projetos ajuda a integrar o currículo com a vida

dos alunos, proporcionando uma aprendizagem ativa, reflexiva e significativa”. (Hernández, 2000, p. 105)

Mesmo com recursos limitados, os professores podem adaptar os projetos de forma criativa, utilizando materiais simples como cartolina, papelão reciclado, cadernos para registros e celulares para gravações de áudio ou vídeo, quando disponíveis. O importante é manter o foco na participação ativa dos alunos e no vínculo com a realidade local.

Ao final, a aprendizagem baseada em projetos transforma a sala de aula em um espaço mais dinâmico, participativo e significativo, contribuindo para a recuperação das aprendizagens prejudicadas durante a pandemia e para a construção de uma educação verdadeiramente contextualizada, plural e transformadora.

3.3 Estudo de Caso e Análise de Fontes Locais

O estudo de caso é uma metodologia ativa que convida o aluno a investigar situações concretas, conectando a teoria à realidade vivida. No ensino de História, essa abordagem ganha força ao permitir uma análise mais aprofundada de acontecimentos históricos situados em contextos específicos, incentivando o olhar crítico e o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes.

Na Escola Municipal São José dos Índios, trabalhar com estudos de caso baseados na história da própria cidade, São José de Ribamar, pode ser uma estratégia valiosa para tornar o conteúdo escolar mais próximo e significativo. Os alunos podem, por exemplo, investigar episódios históricos locais, como os primeiros contatos entre os povos indígenas da região e os colonizadores, as disputas por território, ou as transformações culturais e sociais que ocorreram ao longo das décadas. “A análise de fontes históricas locais aproxima o estudante de sua realidade e permite o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica”. (Bittencourt, 2008, p. 57)

Esse tipo de trabalho pode ser enriquecido com a análise de fontes históricas locais, como fotografias antigas, registros de igrejas, documentos de arquivos públicos ou até mesmo os relatos de moradores da comunidade. A pesquisa dessas fontes proporciona aos alunos uma experiência concreta de como os historiadores constroem o conhecimento: interpretando, comparando e refletindo sobre diferentes pontos de vista. “Trabalhar com fontes locais e estudos de caso permite ao aluno perceber-se como sujeito histórico e valorizar sua comunidade como espaço de memória e identidade”. (Schmidt, 2009, p. 33)

Outra possibilidade é propor a realização de entrevistas com pessoas da comunidade que tenham vivenciado ou herdado memórias sobre eventos relevantes. Esses relatos orais muitas vezes deixados de lado na história oficial permitem dar voz a sujeitos que fazem parte da história local, mas que raramente aparecem nos livros escolares. O contato direto com essas narrativas contribui para a valorização da diversidade e da pluralidade de experiências históricas. “A história oral permite recuperar experiências que não foram registradas oficialmente, valorizando as vozes silenciadas e contribuindo para a democratização da narrativa histórica”. (Thompson, 1992, p. 45)

Ao desenvolver estudos de caso com base na história da região, os alunos se tornam protagonistas de uma investigação que dialoga com seu cotidiano. Eles aprendem não apenas os conteúdos da disciplina, mas também habilidades essenciais, como a escuta atenta, a análise crítica, a organização de informações e a construção de argumentos.

Além disso, ao refletirem sobre eventos históricos que ocorreram em sua própria cidade, os estudantes passam a enxergar o lugar onde vivem como um espaço carregado de significados e de memória. Isso fortalece a identidade local, amplia o sentimento de pertencimento e contribui para a formação de uma consciência histórica mais sólida e crítica.

Em síntese, o estudo de caso, aliado à análise de fontes locais, é uma poderosa ferramenta pedagógica para o ensino de História. Ele promove a aprendizagem ativa, respeita os saberes da comunidade e estimula os alunos a entenderem que a História não está apenas nos livros, mas também nas ruas, nas famílias e nas experiências de cada um.

3.4 Rodas de conversa e debates históricos

As rodas de conversa e os debates em sala de aula são práticas pedagógicas que valorizam o diálogo, a escuta e a construção coletiva do conhecimento. No ensino de História, essas estratégias são especialmente potentes, pois proporcionam um espaço onde os alunos podem expressar suas ideias, refletir sobre diferentes pontos de vista e relacionar o passado com o presente. “É na dialogicidade do encontro pedagógico que o professor e o aluno se constituem como sujeitos do processo de conhecimento”. (Freire, 1996, p. 47)

Na realidade da Escola Municipal São José dos Índios, promover rodas de conversa com temáticas ligadas à história e cultura local como a presença indígena, as tradições comunitárias ou as lutas sociais vividas na região pode ser um caminho para tornar o conteúdo escolar mais próximo da vivência dos estudantes. Quando os alunos têm a chance de discutir aquilo que faz parte do seu cotidiano, o aprendizado deixa de ser abstrato e ganha sentido.

Essas rodas podem ser organizadas de forma simples e acessível, com a mediação do professor ou de convidados da comunidade, como lideranças indígenas, moradores antigos ou professores de outras áreas. Ao compartilhar suas experiências e visões de mundo, essas pessoas ajudam a enriquecer o repertório dos estudantes e a reforçar o vínculo entre escola e comunidade.

Além disso, debates simulados, nos quais os alunos assumem o papel de personagens históricos ou grupos sociais de diferentes épocas, são excelentes para desenvolver a empatia e a compreensão dos processos históricos. Ao se colocar no lugar do outro, o estudante passa a enxergar a História como resultado de múltiplas perspectivas e interesses, o que favorece o pensamento crítico e o respeito à diversidade. “Os debates no espaço escolar são instrumentos essenciais para a formação da consciência crítica e da argumentação dos estudantes”. (Libâneo, 2006, p. 65)

Essas práticas também contribuem para o fortalecimento da oralidade, da argumentação e da escuta ativa competências essenciais tanto para a vida acadêmica quanto para o exercício da cidadania. Em um contexto pós-pandemia, marcado pelo distanciamento social e pela fragilização dos vínculos escolares, as rodas de conversa e os debates funcionam ainda como um espaço de acolhimento, troca de experiências e reconstrução da confiança na escola como lugar de pertencimento. “Ao estimular o debate no ensino de História, o professor favorece o desenvolvimento da argumentação, da escuta ativa e da confrontação de diferentes interpretações do passado”. (Cerri, 2011, p. 95)

Assim, ao promover rodas de conversa e debates históricos, o professor de História cria condições para que os alunos não apenas aprendam sobre o passado, mas também desenvolvam autonomia intelectual e protagonismo, em consonância com os princípios da LDB e das diretrizes curriculares nacionais.

3.5 Uso de Tecnologias para Preservação e Divulgação da Memória Local

Mesmo em escolas com recursos limitados, como é o caso da Escola Municipal São José dos Índios, o uso de tecnologias simples e acessíveis pode ampliar significativamente as possibilidades pedagógicas, especialmente no ensino de História. Ferramentas digitais — ainda que básicas podem ser utilizadas não apenas como meios de aprendizagem, mas também como instrumentos para registrar, valorizar e divulgar a memória local.

Celulares com câmera, por exemplo, permitem aos alunos gravarem entrevistas com familiares, líderes comunitários e moradores antigos da região, preservando relatos orais e

experiências que, muitas vezes, não estão registradas de forma escrita. Esses vídeos ou áudios podem ser organizados em pequenos documentários, podcasts ou apresentações multimídia, a depender da infraestrutura da escola e da criatividade dos professores e estudantes. “As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de registro, organização e compartilhamento da memória histórica, especialmente quando utilizadas em projetos escolares contextualizados”. (Valente, 2014, p. 18)

Além disso, plataformas gratuitas como blogs, redes sociais escolares ou aplicativos de criação de slides e vídeos oferecem espaços para compartilhar os projetos desenvolvidos em sala de aula com a comunidade. Ao digitalizar fotografias antigas, montar exposições virtuais ou criar linhas do tempo digitais com base em fatos locais, os alunos não apenas aprendem conteúdos históricos, mas também desenvolvem habilidades de leitura crítica da realidade e de comunicação digital — competências essenciais no mundo atual. “A inserção das tecnologias na educação contribui para a construção de uma cultura digital crítica, capaz de preservar e reinterpretar as narrativas locais”. (Kenski, 2012, p. 55)

O uso pedagógico dessas tecnologias deve sempre ter um propósito bem definido: reforçar o vínculo dos alunos com sua história, estimular a produção autoral e promover o protagonismo estudantil. A mediação do professor é fundamental nesse processo, para garantir que os recursos digitais não sejam usados de forma isolada ou superficial, mas sim como apoio à construção de saberes significativos e contextualizados.

Essa integração entre tecnologia e história local favorece o sentimento de pertencimento dos estudantes à sua comunidade, além de estimular o respeito pela diversidade cultural presente em seu território. Preservar a memória por meio de recursos digitais também representa uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento histórico, permitindo que diferentes vozes e narrativas sejam reconhecidas e valorizadas. “As tecnologias possibilitam ao aluno desenvolver projetos de preservação da memória da comunidade, aproximando a escola de seu território histórico-cultural”. (Schmidt, 2009, p. 81)

Em resumo, mesmo com poucos recursos, é possível transformar a tecnologia em uma aliada no ensino de História. Quando utilizada com intencionalidade e criatividade, ela contribui para a valorização da identidade local, para o desenvolvimento de competências do século XXI e para a formação de sujeitos históricos críticos e engajados com sua realidade.

3.6 Jornal Escolar e Registro de Memórias Locais

O jornal escolar é uma ferramenta tradicional, mas ainda extremamente eficaz, para registrar e divulgar a história e a cultura de uma comunidade escolar e do território onde ela está inserida. Ele funciona como um espaço democrático de expressão, onde alunos, professores e demais membros da comunidade podem compartilhar suas histórias, conhecimentos e vivências. “Registrar a história da comunidade por meio de produções escolares como jornais ou murais promove a valorização da identidade local e o envolvimento dos alunos como sujeitos históricos”. (Fonseca, 2003, p. 39)

Ao criar um jornal voltado para as memórias locais, a escola oferece aos estudantes a oportunidade de exercer a escrita, a pesquisa e a investigação histórica de maneira concreta e significativa. Os conteúdos podem incluir entrevistas com moradores antigos, relatos de eventos importantes da cidade, registros fotográficos de festas tradicionais, contação de causos e até mesmo a produção literária inspirada no cotidiano local.

Esse processo estimula não só o aprendizado dos conteúdos de História, mas também a valorização das experiências vividas por pessoas reais que fazem parte da trajetória do lugar. Além disso, o jornal escolar fortalece o sentimento de pertencimento dos alunos, pois eles passam a reconhecer que sua própria história merece ser registrada e compartilhada. “O uso de jornais escolares como recurso pedagógico permite o diálogo entre o cotidiano dos alunos e o conteúdo histórico, tornando a aprendizagem mais significativa”. (Bittencourt, 2008, p. 63)

Na prática, a produção do jornal pode ser feita em formato impresso ou digital, dependendo dos recursos disponíveis. No formato digital, é possível ampliar ainda mais o alcance do trabalho, envolvendo a comunidade por meio de redes sociais ou plataformas escolares, criando um arquivo permanente que poderá ser acessado por outras gerações.

Outro benefício importante do jornal escolar é o desenvolvimento de habilidades de comunicação, planejamento, trabalho em equipe e responsabilidade. Os alunos aprendem a organizar pautas, entrevistar, editar textos e revisar conteúdos, construindo competências que vão além da sala de aula.

Por fim, o jornal escolar contribui para a preservação da memória local ao transformar o cotidiano da comunidade em material pedagógico e histórico, resgatando histórias que poderiam ser esquecidas e dando voz a diferentes narrativas. Assim, a escola torna-se um ponto de encontro entre passado e presente, promovendo o reconhecimento da identidade cultural local e fortalecendo os laços comunitários. “A escrita coletiva e o registro das experiências no

espaço escolar contribuem para uma educação emancipadora e participativa”. (Frigotto, 2001, p. 75)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa desenvolvida na Escola São José dos Índios no município de São José de Ribamar foi possível observar os pontos de dificuldade que são comuns a quem fez e ainda faz parte da área educacional, seja aluno, professor ou parte do corpo administrativo. A pandemia de covid-19 afetou todo o mundo de forma inesperada e, ao se analisar esse contexto, foi possível perceber a fragilidade que o ERE trouxe para dentro das instituições de ensino.

O estudo deste trabalho teve como objetivo refletir sobre os desafios metodológicos enfrentados no ensino de História após o retorno ao ensino presencial, especialmente no contexto dos anos finais do Ensino Fundamental entre os anos de 2019 e 2023. O que se evidenciou, ao longo da análise, foi que o processo de reconfiguração pedagógica pós-pandemia exigiu não apenas adaptações técnicas, mas, sobretudo, uma reinvenção das práticas docentes diante de um cenário marcado por desigualdades, fragilidades emocionais e carências formativas.

O primeiro capítulo deste trabalho abordou a transição abrupta do ensino presencial para o ensino remoto emergencial, causada pela pandemia da COVID-19, e seus impactos no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal São José dos Índios. Foram apresentados os desafios enfrentados pela escola, professores e alunos diante da suspensão das aulas presenciais e da necessidade de adaptação rápida às novas tecnologias e metodologias digitais.

Discutiu-se a desigualdade no acesso às ferramentas tecnológicas, a dificuldade de manter o engajamento dos estudantes e as estratégias adotadas para garantir a continuidade do processo educativo, como o uso de grupos de WhatsApp e a distribuição de materiais impressos. Além disso, o capítulo ressaltou as consequências dessas mudanças para a aprendizagem da disciplina de História, destacando as limitações do ensino remoto para a prática pedagógica, especialmente no que se referiu à análise crítica e ao debate histórico.

Este capítulo estabeleceu as bases para a compreensão das transformações metodológicas que foram exploradas nos capítulos seguintes, evidenciando a necessidade de reflexão e reinvenção das práticas docentes no contexto pós-pandêmico.

O segundo capítulo tratou da preparação para o retorno às aulas presenciais na Escola Municipal São José dos Índios, ao focar os desafios estruturais, pedagógicos e emocionais enfrentados durante esse processo. Abordou as medidas adotadas para garantir a segurança sanitária, como a reorganização dos espaços físicos, os protocolos de higiene e as adequações

às normas de distanciamento social, fundamentais para a retomada das atividades presenciais em meio à pandemia.

Além das adaptações estruturais, foram evidenciadas as consequências pedagógicas e socioemocionais da suspensão prolongada das aulas presenciais, com destaque para as defasagens na aprendizagem e as dificuldades emocionais dos estudantes. Conforme ressaltou Flávia Caimi (2021), em contextos de crise, o acolhimento e o cuidado pedagógico tornaram-se fundamentais para a reconstrução do vínculo entre alunos e escola, sendo imprescindível a implementação de estratégias que valorizassem o diálogo, a escuta ativa e a sensibilidade às necessidades individuais.

Nesse sentido, o capítulo abordou as práticas adotadas pela equipe docente e gestora da Escola Municipal São José dos Índios para promover o acolhimento afetivo e pedagógico, replanejaram as atividades curriculares e adaptaram as metodologias ao cenário pós-pandemia. O esforço coletivo para superar as lacunas educacionais evidenciou a importância de uma abordagem integrada, que contemplasse aspectos sanitários, emocionais e pedagógicos, reforçando a centralidade da dimensão humana no processo educativo, conforme apontaram autores como Nóvoa (2009) e Freire (1996).

Por fim, o capítulo evidenciou a importância de uma abordagem sensível e integrada, que considerasse as dimensões sanitárias, pedagógicas e socioemocionais, buscando garantir uma retomada eficaz e humanizada do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental.

O terceiro capítulo abordou as metodologias ativas aplicadas ao ensino de História, destacando a relevância da memória e da história local como ferramentas pedagógicas para promover um aprendizado significativo e engajado na Escola Municipal São José dos Índios. Reconhecendo os desafios enfrentados no contexto pós-pandemia, este capítulo propôs estratégias que valorizaram a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento histórico, fomentando o diálogo entre passado e presente.

Foram exploradas práticas que envolveram a investigação histórica por meio de fontes orais, documentos e visitas ao patrimônio local, proporcionando aos alunos a oportunidade de conectarem sua realidade cotidiana às narrativas históricas mais amplas. Conforme defenderam autores como Flávia Caimi (2021) e Paulo Freire (1996), o ensino de História deveria promover a reflexão crítica e o protagonismo dos estudantes, valorizando suas experiências e saberes.

O capítulo também destacou a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como base normativa para a implementação dessas metodologias, ressaltando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada que respondesse às

demandas específicas da comunidade escolar. Por fim, foram apresentadas propostas concretas de práticas pedagógicas que visaram resgatar a identidade local e fortalecer o vínculo dos alunos com a escola, contribuindo para a superação das lacunas educacionais deixadas pelo período de ensino remoto.

A experiência da Escola Municipal São José dos Índios ilustrou bem como os sujeitos escolares, mesmo diante de limitações estruturais e tecnológicas, foram capazes de construir alternativas possíveis para garantir o direito à educação. As práticas implementadas, ainda que não tenham revertido de imediato os impactos da pandemia, demonstraram a potência da escola pública como espaço de cuidado, escuta e reinvenção.

Concluiu-se, portanto, que o Ensino de História no pós-pandemia demandou, mais do que nunca, uma abordagem metodológica sensível, crítica e comprometida com o contexto real dos estudantes. A sala de aula, entre a lousa e a tela, tornou-se um espaço de desafios, mas também de possibilidades formativas que precisaram ser continuamente pensadas e reconstruídas a partir da escuta, da reflexão e do compromisso ético com a formação humana e cidadã.

Dessa forma, este trabalho representou o início de uma análise sobre uma problemática que ainda carece de aprofundamento, especialmente considerando o curto intervalo de tempo entre o auge da pandemia e o início do ano de 2023. Os impactos das medidas adotadas e do uso de recursos digitais na educação continuaram se manifestando, exigindo constante reflexão e reavaliação das práticas pedagógicas.

Por essa razão, defende-se que novas pesquisas sobre o tema continuem sendo realizadas, a fim de se compreender, com maior profundidade, os efeitos da pandemia no processo educativo brasileiro e de se buscar formas mais eficazes e equitativas de utilização das tecnologias no ensino, em especial no contexto das escolas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Educação e tecnologia: o novo ritmo da informação**. São Paulo: Cortez, 2021.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PASSERINO, Liliana M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2017.
- BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. Acervo digital consultado durante o desenvolvimento da pesquisa. São Luís, MA: Governo do Estado do Maranhão, 2024.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Educação e pandemia: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora XYZ, 2021.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Ensino de História e cultura histórica: memória, saber escolar e cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 79–199, 2020.
- CERRI, Antonio Carlos. **Educação, diálogo e construção do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2011.
- COELHO, Roberto. Multiletramentos e ensino remoto: desafios na interpretação crítica de fontes históricas. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 19, n. 45, p. 44–59, 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CP nº 11/2020**. Brasília: MEC, 2020.
- COSTA, Ana Paula. A linguagem digital e os desafios do ensino remoto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, n. 89, p. 85–92, 2022.
- COSTA, Ana Paula. Desigualdade no ensino remoto: desafios no uso de tecnologias no ensino de História. **Revista Educação em Debate**, v. 10, n. 3, p. 85–92, 2024.
- COSTA, Ana Paula. Educação, pandemia e vínculos afetivos: o desafio de ensinar em tempos de crise. **Revista Brasileira de Educação Básica**, v. 6, n. 12, p. 54–79, 2021.
- COSTA, Ricardo de. **Educação e pós-pandemia: desafios e caminhos possíveis**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS. Comunicação pessoal com a professora Vicência Barros e equipe pedagógica. São José de Ribamar, 2024.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS. Comunicação pessoal com a gestão escolar sobre acesso de alunos à internet e recursos digitais. São José de Ribamar, 2024.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS. **Relatório do diagnóstico de acesso à internet entre estudantes (10–13 anos)**. São José de Ribamar: SEMED, 2022.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS ÍNDIOS. **Relatórios internos sobre atividades escolares no ensino remoto (2020–2021)**. São José de Ribamar: SEMED, 2021.

FONSECA, Marcos. **Jornal escolar e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e emancipação social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 44. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Relatório sobre práticas educacionais emergenciais no Brasil**. São Paulo: FGV, 2023.

GUIMARÃES, Selva. Formação de professores: prática pedagógica e saber histórico escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 25, p. 95–110, 2005.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Ana Cristina. Formação de professores e práticas de ensino: desafios e perspectivas. **História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 9–25, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2012.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Boletim Especial da Educação na Pandemia**. Brasília: MEC, 2020.

MONTEIRO, Ana Maria Falcão. **Ensino de História: conceitos, práticas e proposições**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2015.

NICOLELIS, Miguel. **O despertar de uma nova era: da pandemia à nova consciência planetária**. São Paulo: Planeta, 2021.

NOBRE, Edmilson. Tecnologia e conhecimento: relações entre ciência e trabalho no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação e Tecnologia**, v. 16, n. 2, p. 121–134, 2022.

NOBRE, Marcos. Técnica, ciência e pandemia: a produção social da vida. In: **Tecnologia e Sociedade em Tempos de Crise**. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 121–129.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Porto: Porto Editora, 2009.

OLIVEIRA, Mariana dos Santos. Ensino de História e tecnologias digitais: desafios no ensino remoto. **Revista Brasileira de Didática da História**, v. 9, n. 1, p. 42–51, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre a saúde mental de crianças e adolescentes durante a pandemia de Covid-19**. Genebra: OMS, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre saúde mental em tempos de pandemia**. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications>. Acesso em: [14/07/2024].

PIMENTEL, Euclídio. O ensino de História e a pandemia: reflexões sobre a prática docente em tempos de crise. **Revista Práxis Histórica**, v. 12, n. 2, p. 115–125, 2023.

PIMENTEL, Euclídio; SILVA JÚNIOR, Carlos; CARDOSO, Roberto. Ensino remoto emergencial: conceitos, limites e potencialidades. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 65, p. 90–106, 2020.

PIMENTEL, Euclídio; SILVA JÚNIOR, Marcos; CARDOSO, Luan. Educação remota emergencial: limites e possibilidades. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 2, p. 91–98, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200–212, 1989.

SANTOS, Roberto et al. Tecnologias digitais no ensino: limites e possibilidades nas redes públicas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 81, p. 1–18, 2021.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (MA). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de acompanhamento pedagógico: impactos da pandemia e retorno às aulas presenciais**. São José de Ribamar: SEMED, 2021.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (MA). Secretaria Municipal de Educação – SEMED. **Relatórios internos e dados institucionais sobre o ensino remoto e retorno presencial na EM São José dos Índios (2020–2023)**. São José de Ribamar, 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Didática da História: teoria e prática para o ensino**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria Ferreira Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, p. 297-316, 2005.

SILVA, Luciana. Desafios do ensino remoto em comunidades vulneráveis. **Educação em Revista**, v. 39, n. 2, p. 84–91, 2023.

SILVA, Luciana. Educação e reconstrução pós-pandemia: desafios emocionais e pedagógicos. **Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 1, p. 110–122, 2022.

SOUZA, João. **Desafios educacionais no pós-pandemia**. Curitiba: CRV, 2022.

SOUZA, João. **Educação em tempos de pandemia: desigualdades e possibilidades**. São Paulo: Vozes, 2020.

SOUZA, Marcos Antônio de. Ensino remoto e desigualdade: os impactos da pandemia na educação básica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, n. 151, p. 110–125, 2020.

SOUZA, Ricardo et al. Educação digital e exclusão no ensino remoto emergencial: entre avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Educação Básica**, v. 7, n. 14, p. 1–12, 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Boletim Saúde Mental na Pandemia**. São Paulo: USP, Instituto de Psicologia, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Acervo da Biblioteca Setorial do Prédio de História**. São Luís, MA, 2024.

VALENTE, José Armando. **Tecnologia e ensino: a mediação do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2014.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.